

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

A questão agrária na práxis teórica e militante de Vania Bambirra: um estudo de duas conjunturas do capitalismo dependente brasileiro

Gabriela Muniz Figueiredo

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em História

Orientador: Mathias Seibel Luce

Porto Alegre, dezembro de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

A questão agrária na práxis teórica e militante de Vania Bambirra: um estudo de duas conjunturas do capitalismo dependente brasileiro

Gabriela Muniz Figueiredo

Trabalho de Conclusão de Curso como
requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em História

Orientador: Mathias Seibel Luce

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Enrique Serra Padrós

Dr. Miguel Enrique Stedile

**Às mulheres da minha vida, guerreiras
e incansáveis lutadoras, eu dedico esse trabalho.**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é dedicado, primeiramente, às mulheres da minha família: à avó Iracema, a portadora da coragem de deixar a vida tão dura do campo, na década de 1970, para encarar a vida ainda mais dura das margens da cidade de Porto Alegre, junto com seus três filhos; ela representa a geração do êxodo, do amargo gosto de sentir-se despossuída, sem espaço para poder sobreviver e, ainda assim, manter-se firme para recomeçar e garantir a vida da geração vindoura; à minha mãe Ester, resultado da primeira geração que sofre com a marginalização das cidades, com a exclusão, com a falta de oportunidades, com o subemprego, mas que, mesmo assim, consegue dar à próxima geração a possibilidade de cursar o Ensino Superior numa universidade; à minha irmã, Carolina, minha companheira de Universidade e de luta diária pela sobrevivência e pela nossa dignidade enquanto mulheres, trabalhadoras, e, cada uma a seu jeito, pela reconquista do que nos foi tirado historicamente; por último, à minha filha Maria Antônia, responsável pela renovação diária de minhas forças para seguir lutando por nós, minha família, e todas as famílias que sofreram e sofrem pelo que nos foi desumanamente roubado.

Agradeço a Enrique Serra Padrós e a Miguel Enrique Stedile, por terem aceitado convite para compor a banca e por seus comentários e considerações sobre o trabalho.

Agradeço, por fim, ao meu orientador e amigo Mathias Luce, bem como Carla Ferreira, que me deram a oportunidade de conhecer Vania Bambirra através de seus escritos, da confiança em trabalhar com seu arquivo pessoal, de onde pude entrar em contato com as fontes utilizadas no presente trabalho. Minha vida universitária certamente é marcada e determinada no momento em que entrei em contato com eles.

RESUMO

Neste trabalho, pretendemos analisar a atuação de Vania Bambirra junto aos movimentos sociais do povo do campo em dois momentos diferentes do Capitalismo Dependente Brasileiro. Esses dois elementos evidenciam a práxis de Vania em dois cenários diferentes: o primeiro, no período pré-golpe de 1964, onde ela atua dentro dos próprios movimentos sociais, especificamente, as Ligas Camponesas; o segundo, no período de redemocratização, na arena política institucional, em defesa dos interesses do povo do campo, atuando como coordenadora da Assessora Técnica do PDT no Congresso Nacional, quando tratou de temas da política agrária através de pareceres e de propostas de projetos de lei e emendas parlamentares, bem como análises. Utilizamos como articuladores desse trabalho os conceitos de camponeses, práxis e de conjuntura para o entendimento das especificidades de leitura e de atuação de Vânia nesses dois momentos da história brasileira.

Palavras-Chave: Vânia Bambirra, Questão Agrária, camponeses, práxis

ABSTRACT

In this work, we intend to analyze the performance of Vania Bambirra with the social movements of the people of the countryside in two different moments of Brazilian Dependent Capitalism. These two elements show Vania's praxis in two different scenarios: the first, in the pre-coup period of 1964, where she works within the social movements themselves, specifically, the Peasant Leagues; the second, during the period of re-democratization, in the institutional political arena, in defense of the interests of the people of the countryside, acting as coordinator of the Technical Adviser of the PDT in the National Congress, when she addressed issues of agrarian policy through opinions and proposals for law and parliamentary amendments, as well as analyzes. As articulators of this work, we used the concepts of peasants, praxis and conjuncture to understand Vânia's specificities of reading and acting in these two moments of Brazilian history.

Keywords: Vânia Bambirra, Agrarian Question, peasants, práxis

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
INTRODUÇÃO.....	4
Vania Bambirra e a Interpretação da Questão Agrária.....	7
O objeto de pesquisa: a práxis teórica e política de.....	10
Vania Bambirra acerca da questão agrária em duas conjunturas	
CAPÍTULO 1: Convergências entre Vânia Bambirra e Francisco Julião.....	13
O Brasil nas décadas de 1950/60, as Ligas Camponesas e a atuação de Julião.....	15
A criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores.....	17
de Pernambuco (SAPPP)	
O impacto da Revolução Cubana: as Ligas Camponesas ganham cor.....	18
O Primeiro Congresso de Belo Horizonte.....	21
O Golpe e o Exílio.....	24
A Redemocratização e a Questão Agrária: como pensar a nova conjuntura.....	26
A organização do movimento camponês na nova conjuntura.....	27
O movimento camponês e a luta pela democracia.....	29
O povo tem memória: as perspectivas para a criação do PTB.....	30
CAPÍTULO 2: Vania Bambirra e o PDT.....	33
A Questão Agrária no período militar.....	34
A modernização conservadora.....	36
O MST: a volta dos movimentos sociais do campo.....	38
A “Nova República” e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).....	39
A criação da UDR (União Democrática Ruralista).....	40
Vania Bambirra e sua atuação no PDT.....	43
A Constituinte.....	45
A implementação da Lei Agrária.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
BIBLIOGRAFIA.....	56

INTRODUÇÃO

A Teoria Marxista da Dependência (TMD), vertente interpretativa revolucionária no seio do pensamento crítico latino-americano, passa a ser erigida na década de 1960, período de intensa efervescência social e política vivida pelos povos latino-americano e, em nosso caso, especificamente pelo brasileiro. O Brasil, a partir década de 1950, passava por importantes transformações de caráter econômico, que refletiu, conseqüentemente, na própria sociedade. A revolução científico-tecnológica ocorrida a partir da Segunda Guerra Mundial resultou nos anos 1950 (consolidando-se nas décadas de 60 e 70), no Brasil e na América Latina, em uma crescente monopolização das forças produtivas, a partir da intervenção estrangeira nas economias latinoamericanas, acarretando na “desnacionalização da propriedade privada de importantes instrumentos de produção e a transformação de nossa classe dominante em classe dominante-dominada, ou seja, sócia menor do capitalismo dos países centrais” (BAMBIRRA, 1997, P. 2). O desenvolvimento de máquinas agrícolas e as conseqüências nefastas disso para os camponeses e trabalhadores rurais (o monopólio das terras intensificado com as grilagens, a competição entre as máquinas agrícolas e o trabalho humano, entre outros elementos) acarretou num expressivo êxodo

rural e na degradação das forças produtivas nas cidades, com o aumento do exército industrial de reserva.

A contradição campo-cidade no desenvolvimento capitalista e nas transformações das formações econômico-sociais, bem como as formas preconizadas para o combate e a superação do fardo que recaía sobre a classe trabalhadora urbana e sobre os camponeses e trabalhadores rurais foi uma das preocupações presente na práxis dos fundadores brasileiros da TMD, nomeadamente Theotonio dos Santos, Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini. A criação da POLOP seria, talvez, o mais conhecido espaço de atuação desses intelectuais nesse período. Entretanto, a frente de luta no campo também esteve no centro das atenções desses sujeitos, sendo Vania a principal atuante nesse tema, entre os quadros da POLOP:

“Abandonei o trabalho nas favelas para dedicar-me à formação das Ligas Camponesas em Minas Gerais. Isso também vale a pena mencionar, pois minha atuação não foi aleatória, ou simplesmente política. Correspondeu aos meus estudos preliminares sobre a questão agrária no Brasil, tema que se transformaria, logo em seguida, no projeto de pesquisa para a tese de mestrado.”¹

No período de finais dos anos 1950 e início dos anos 1960, no qual Vania se insere no estudo sobre a questão agrária brasileira, inicia-se um intenso debate nas diversas correntes interpretativas sobre a questão agrária brasileira e, conseqüentemente, sobre as possibilidades de viabilização da reforma agrária. O surgimento e a intensificação, no campo político e social, dos conflitos no campo, a partir das reivindicações de direitos dos camponeses e trabalhadores rurais - esses, agora, com uma “linguagem própria” enquanto classe e agentes de luta por seus interesses, conquistando, com isso, uma “visibilidade social” (MEDEIROS, p. 211) - foram, dentre outros fatores, o elemento que levou esses intelectuais ao debate interpretativo sobre as formas da propriedade e as relações de produção no campo brasileiro.

Há que reconhecer que a atuação do PCB foi de grande importância como forma de mediação de conflitos no campo e na própria formação dessa nova linguagem que, ao tratar das demandas e das carências imediatas, bem como das disputas por terras, deixou uma contribuição para a socialização das categorias “lavradores” e/ou “camponeses”, sublinhando também suas diferenciação no âmbito dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, p.212). Entretanto, no campo do debate teórico havia uma intenso discussão sobre a natureza da estrutura fundiária brasileira, dos conseqüentes rumos que esta tomaria no desenvolvimento nacional, e, principalmente, nas decorrentes atuações políticas e sociais no combate às desigualdades nesse cenário.

Assim, é necessário um balanço crítico. A tese principal do PCB naquele período em relação à questão agrária e às origens do latifúndio no Brasil é de que as relações de produção do campo

¹ Memorial. Brasília, 1991, p. 15. Disponível em www.ufrgs.br/vaniabambirra.

possuíam uma herança feudal desde a colonização no século XV), e, portanto, as frentes de luta deviam se voltar não só contra o imperialismo, como também para a superação das características semifeudais que se mantinham com força no campo brasileiro. Alberto Passos Guimarães afirma que a origem da formação das estruturas fundiárias é feudal e critica a tese de sua origem capitalista, pois isso poderia incorrer em erros políticos na luta pela reforma agrária: “Se a estrutura agrária brasileira teve uma configuração capitalista, por que revolucioná-la, por que reformá-la?”² Seu caráter revolucionário se perderia, portanto, a passaria a ter contornos desenvolvimentistas. Para esse autor, portanto, haveria a necessidade de três frentes de luta: a) a atuação frente ao imperialismo que penetrava no campo; b) o combate dos camponeses às sobrevivências précapitalistas (semifeudais) e ao latifúndio; c) a luta dos semi-assalariados rurais contra os patrões, os proprietários latifundiários³. Entretanto, essas frentes de luta deveriam visar à passagem para o capitalismo, condição essa que possibilitaria o pleno desenvolvimento dos trabalhadores rurais e camponeses enquanto classe, possibilitando, em um estágio posterior, sua plena emancipação. Com relação ao capitalismo, a reforma agrária e a própria revolução deveriam assumir contornos mais pacíficos, dado o momento e as condições estruturais brasileiras.

Vinhas, também pensando a partir das teses do PCB, vem ao encontro de Guimarães:

“(…) o caráter da revolução brasileira na atual etapa histórica é antifeudal, antilatifundiária e anti-imperialista, visa remover, não a propriedade privada, mas sim o monopólio da terra e a destituição não da burguesia rural como classe dominante, mas sim dos latifundiários.”⁴

O pensamento cepalino também elaborou suas teses acerca da estrutura fundiária brasileira, e a consequente reforma agrária. Segundo Rangel, o grande problema agrário brasileiro naquela conjuntura era o exército industrial de reserva exacerbado, resultante do êxodo rural ocorrido em função dos desajustes do processo de modernização no campo, que utilizava/valorizava apenas o trabalho sazonal dos boias-frias⁵, ocasionando a degradação da produção familiar de subsistência, o que levava à migração das famílias para a cidade.

A solução, portanto, seria uma intervenção estatal para a distribuição de pequenos lotes de terras a essas famílias com o objetivo, principalmente, de desenvolver a produção de autoconsumo. As grandes propriedades monocultoras não deveriam, segundo o autor, ser o alvo da reforma agrária, e sim, mantidas como eixos de modernização rural brasileira: “Noutros termos, a luta reivindicatória da massa trabalhadora com o latifúndio capitalista é uma luta dentro da unidade, uma luta ‘entre

2 GUIMARÃES, A.P. “Quatro Séculos de Latifúndio”, In. STEDILE, J.P. (org.). “A Questão Agrária: o debate tradicional – 1500 -1960”, São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 48

3 GUIMARÃES, A.P. “As três frentes de classe no campo brasileiro”, In. STEDILE, J.P., op. cit.

4 VINHAS. Moisés. “Problemas agrário-camponeses no Brasil”, In: STEDILE, J.P., op. cit., p. 164.

5 Como veremos adiante, a modernização do campo e a formação de categoria de trabalhadores do campo chamada de “boias-frias” marcam o período de finais da década de 1960, com intensificação na década de 1970. Essa leitura, portanto, já compreende um período posterior das interpretações que se colocam na conjuntura pré-golpe, ou imediatamente após.

aliados’, que não deve prejudicar essa aliança.”⁶ Entretanto, essas soluções deveriam vir acompanhadas da preocupação com o combate aos resquícios feudais, entraves à modernização rural: esses lotes de terras deveriam ser completamente independentes dos latifúndios, e acompanhados de infraestrutura que garantisse não só a permanência dessa população no campo, mas que abolisse as relações extraeconômicas entre camponeses e latifundiários. Acreditava-se, assim, nessa possibilidade.

O pensamento do PTB de esquerda sobre a questão agrária, por sua vez, esteve bastante influenciado pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, idealizado na década de 1960 por Leonel Brizola. Segundo Schilling, o latifúndio não deveria ser pensado a partir da extensão territorial da propriedade, mas sim, a partir da sua utilização dentro dos marcos modernizantes da produção e de suas relações. Nesse sentido, o autor propõe, basicamente, medidas no âmbito institucional para a realização da reforma agrária. As medidas a serem tomadas pelo Estado seriam a regulamentação e aplicação dos impostos sobre as propriedades – conforme sua extensão –, a modernização da produção agrícola e a politização dos camponeses, simbolizada pelo fomento ao associativismo.

Há a defesa de uma reforma agrária radical, porém, pacífica. Isso ocorreria mediante o atendimento, no âmbito das leis, das condições impostas pelos movimentos sociais do campo. O pensamento de caráter etapista, entretanto, se mantém dentro dessa corrente.⁷

Finalmente, nesta discussão introdutória, cabe referir que um dos autores mais visitados para a interpretação da questão agrária brasileira é Caio Prado Júnior. Embora pertencesse aos quadros do PCB, que naquele momento compartilhava de teses como as expostas mais acima, esse autor é considerado um intérprete particular da realidade brasileira, trazendo importantes contribuições para seu entendimento. Portanto, faremos uma exposição geral de suas principais ideias, sem a pretensão de expô-las em profundidade, uma vez que não será ele o foco de nosso trabalho. Sua principal obra sobre o tema pode ser considerada “A Questão Agrária”, título publicado em 1979, que reúne artigos em periódicos entre 1960 e 1964. Ali, encontram-se sistematizadas as ideias principais do autor sobre a questão agrária. Primeiramente, o autor se posiciona contra a tese do feudalismo e da sua conseqüente necessidade de evolução para o capitalismo. Para ele, as bases da questão agrária estariam em suas dimensões colonial, agroexportadora e escravista. Com relação à definição da questão agrária brasileira, ele não se colocava entre as teses etapistas. Segundo Caio Prado, para além da necessidade de pensar a redistribuição de terras, era necessário “(...) fazer com que a utilização da terra no Brasil se realize em benefício principal daqueles que nela trabalham, e não constitua apenas, como é no caso presente, simplesmente um ‘negócio’ de pequena minoria.” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 81). A necessidade estava não somente em ultrapassar as interpretações apenas a partir do aspecto fundiário, mas, também, pensando-o como um complexo de

⁶ RANGEL, Ignácio. “A Questão Agrária Brasileira”, In: STEDILE, J.P., op. cit., p. 177.

⁷ SHILLING, P.R. “Do ‘Caminho Brasileiro’ de Reforma Agrária”, In: STEDILE, J.P., op. cit.

determinantes contraditórios, cristalizados em uma minoria detentora da maioria das terras para cultivo, enquanto a maioria da população do campo encontrava-se despossuída, formando um quadro de miséria. Além disso, as divergências entre a própria classe dominante no campo deveria ser pensada conforme as conjunturas. A reforma agrária, portanto, deveria ser pensada na perspectiva do próprio caráter de classe em que se colocava a questão agrária.

Vania Bambirra e a interpretação da questão agrária

Embora não possamos afirmar que Vania tenha realizado trabalhos voltados especificamente para a questão agrária⁸, esta era entendida como um elemento fundamental para a interpretação das formações econômico sociais latino-americanas.

Antes de entrarmos nas formulações de Vania sobre as estruturas produtivas, faremos uma breve consideração sobre o que se entende por formação econômico social. Na perspectiva marxista, trata-se da representação, a partir de determinantes históricos, de um modo de produção, em determinado espaço e sob determinada configuração temporal. Aqui existem determinantes que abarcam aspectos políticos, institucionais, religiosos, culturais, enfim, as especificidades que se colocam nas relações de produção e na configuração de poder em cada país. Podemos dizer, portanto, que as formações econômico-sociais expressam relações das economias que compõem uma totalidade integrada, porém, diferenciada.⁹

A formação econômico-social brasileira caracteriza-se, primeiramente, pela condicionante das relações de dependência frente aos países capitalistas dominantes. A dependência condiciona a estrutura das relações internas das economias que assumem essa condição, determinando formas específicas de seu desenvolvimento. Portanto, ela “finca raízes” na base de sua estrutura produtiva, bem como de suas relações de produção. No Brasil, a formação das estruturas de propriedade da terra são causa e consequência das relações de dependência no desenvolvimento capitalista. Esse processo se deu marcadamente a partir da segunda metade do século XIX, quando as economias latino-americanas são subordinadas à divisão internacional do trabalho do mercado mundial capitalista, com a função de exportadora de produtos primários para o desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial nos países capitalistas hegemônicos. O Brasil e as demais economias latinoamericanas seriam, portanto, economias agroexportadoras (ou agromineiro-exportadoras). Embora os países latino-americanos exercessem a função de exportar produtos primários desde seu período colonial, a TMD afirma que

8 Isso não ocorreu, como veremos no primeiro capítulo, em função da destruição de seus escritos sobre o tema, de sua pesquisa de mestrado em preparação, quando da invasão da UnB logo após o golp de 1964.

9 Sobre a compreensão das formações econômico-sociais dependentes como parte de uma totalidade integrada e diferenciada, ver OSORIO, Jaime. Teoría marxista de la dependencia. Cidade do México: Itaca/UAM Xochimilco, 2016; e LUCE, Mathias Seibel. Teoría Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

“Estas transformaciones, conocida como la segunda Revolución Industrial (que se ha caracterizado por la producción en serie de máquinas para hacer máquinas), y que determinan un nuevo ciclo de expansión capitalista, afectarán decisivamente las sociedades dependientes que analizamos, provocando profundas modificaciones en sus componentes estructurales básicos.” (BAMBIRRA, 1974, p. 33)

Portanto, podemos afirmar que a entrada das economias dependentes à divisão internacional do trabalho inaugura um processo de modificação estrutural em suas formações econômico-sociais, com a reorganização das relações sociais para atender às necessidades das economias capitalistas hegemônicas. A modernização das economias dependentes foi um dos principais fatores de transformação, sendo o setor exportador (de produtos primários) o primeiro e mais expressivo setor a se modernizar. Foi esse setor que, a partir de seu desenvolvimento, propiciou a industrialização dessas economias. O processo de industrialização, com efeito, foi considerado por Vania como o marco determinante para fazer as tipologias das diferentes formações econômico-sociais latinoamericanas. Isto porque foi com a indústria que propiciou o desenvolvimento de um mercado interno, e conseqüentemente, das forças produtivas que resultarão, a partir de suas especificidades, nos diferentes tipos de integração das nações latino-americanas ao capitalismo monopolista mundial, no pós-Segunda Guerra.

Segundo a autora, o marco histórico que possibilita o estabelecimento das tipologias é a transformação estrutural da economia capitalista em escala mundial no pós-guerra, chamado comumente de capitalismo monopólico (ou capitalismo monopolista). A partir desse marco, observase que, na América Latina, houve uma integração das economias a essa nova fase do capitalismo. Essa integração ocorreu sob dois tipos de estruturas: 1) as estruturas que se industrializaram antes da fase monopólica mundial (os países de tipo A, que é o caso brasileiro); 2) as que passaram pelo processo de industrialização como decorrência da integração monopólica e não com uma base industrial oriunda da última década de século XIX (países de Tipo B). Nos países de Tipo A, a industrialização pudera ser incrementada nos momentos de recessão das economias capitalistas hegemônicas, que resultou no processo que a historiografia cepalina chamou de “substituição das importações”. Nestes países, afirmou-se um projeto nacional com hegemonia burguesa, na esteira da industrialização e da resposta às conjunturas internacionais que foram a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929 e, também, a Segunda Guerra. Este quadro esteve presente no caso brasileiro. Nesse sentido – e entrando especificamente para o entendimento das características que possui a estrutura fundiária brasileira, bem como suas relações de produção – torna-se um erro dizer que a revolução burguesa está para acontecer. Segundo Vania, ela já ocorreu, embora de forma peculiar, dado o principal condicionante: a burguesia nasce no seio da oligarquia. Foi o setor agroexportador que financiou o processo de industrialização no Brasil e nos países de tipo A, mediante as modificações produzidas no Estado, conferindo ao capitalismo nessas

formações econômico sociais um caráter *sui generis*, de complementariedade (embora contraditória) entre latifúndio e indústria. Não haveria, portanto, necessidade, pensando a partir das classes dominantes, de uma redistribuição da grande propriedade da terra.

Diante da análise concreta da formação do capitalismo dependente nas economias latinoamericanas nos marcos da TMD - e especialmente em Vania, em uma de suas obras principais, “El Capitalismo Dependiente Latinoamericano” -, uma mudança nas estruturas agrárias não estaria relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo, e sim, à sua superação, ou seja, ao socialismo. Por isso, a solução dos grandes problemas da condição de dependência para realizar uma verdadeira justiça social não está no desenvolvimento do capitalismo (como propunha o pensamento cepalino e as teses hegemônicas naquele então na esquerda brasileira), mas, tão somente, na sua superação.

O objeto de pesquisa: a práxis teórica e política de Vania Bambirra acerca da questão agrária em duas conjunturas

A atuação de Vania junto aos movimentos sociais do povo do campo pode ser analisada, acreditamos, em dois momentos diferentes. Elas estão pautadas por dois principais condicionantes: os sujeitos de luta (seja pensando os camponeses; seja pensando os trabalhadores boas-frias) e as diferentes conjunturas que se colocaram. Esses dois elementos evidenciam a práxis de Vania em dois cenários diferentes: o primeiro, no período pré-golpe de 1964, onde ela atua dentro dos próprios movimentos sociais, especificamente, as Ligas Camponesas; o segundo, no período de redemocratização, na arena política institucional, em defesa dos interesses do povo do campo, atuando como coordenadora da Assessora Técnica do PDT no Congresso Nacional, quando tratou de temas da política agrária através de pareceres e de propostas de projetos de lei e emendas parlamentares, bem como análises.

Mas, para prosseguirmos, se faz necessário explicar o que entendemos por conjuntura, por campesinato e por práxis.

Conjuntura seria uma condensação do tempo social¹⁰ em um tempo curto, momento em que os processos sociais, econômicos e culturais se concentram em um momento político (OSORIO, 2001, p. 50). Mais do que um tempo curto ou médio, ele simboliza um momento-chave em que um processo de transformação torna-se iminente, ficando todos os seus elementos envolvidos em evidência, como se a essência se manifestasse na própria esfera da aparência (pensando, aqui, nos níveis de análise).

10 “La noción de tiempo social es distinta a la de tiempo cronológico. Éste es lineal, continuo, homogéneo, y lo percibimos mediante unidades conocidas: segundos, minutos, horas, días, semanas, meses, años, siglos. El reloj y el calendario son sus instrumentos de medición. El tiempo social, por el contrario, es diferencial, heterogéneo y discontinuo. Se dilata y se condensa. Hay momentos sociales en que el tiempo parece transcurrir lentamente. En épocas de cambio social, a su vez, avanza de manera acelerada.” (OSORIO: 2001, p. 46)

Quanto ao conceito de camponato, pensamos que sua principal característica está “na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social”(FRIGOTTO, apud SHANIN, p. 118). A condição de vida do camponês, portanto, está fundamentada no estabelecimento rural familiar que assegure sua reprodução de vida, bem como a reprodução de seus valores e hábitos que o caracterizem enquanto classe. Contudo, para o caso brasileiro, há uma multiplicidade de formas de existência dos camponeses: arrendatários, foreiros, meeiros, entre outros, que possuem papel fundamental tanto do ponto de vista do desenvolvimento da sociedade, como das lutas pelos direitos do povo do campo. Sua condição básica exposta anteriormente difere em relação à de trabalhadores rurais. Esses são representantes de um processo de proletarização do campo, e sua existência não mais é condicionada totalmente pela posse da terra (e sua reprodução de vida a partir desta), mas sim, pelo pagamento de sua mão de obra nas terras dos grandes proprietários¹¹.

Por fim, entendemos por práxis a relação entre teoria e prática, de tal modo que sua interação dialética possibilite a condução da transformação revolucionária, com vista a uma sociedade sem exploração.¹²

Partindo dessas noções, este trabalho consiste na análise da práxis de Vania Bambirra a respeito da questão agrária, em duas conjunturas históricas, o que será analisado nos dois capítulos a seguir.

O Capítulo 1 aborda a conjuntura dos anos finais da década de 1950 até o golpe de 1964. Nesse período, os movimentos dos camponeses tinham como símbolo máximo as Ligas Camponesas, como protagonistas no processo de luta por justiça social e pela reforma agrária, sendo essa última caracterizada por uma proposta radical. Para entender sua luta e interpretação daquela realidade, nosso percurso procura considerar as aproximações entre Vania Bambirra e Francisco Julião (entendido por nós como uma figura de relevo enquanto intérprete da sociedade camponesa e como agitador social, reunindo características únicas, captadas, em nosso entender, por Vania). Nesse sentido, utilizamos como fonte a entrevista realizada por Vania com o líder das Ligas Camponesas. Essa entrevista compõe o acervo ainda inédito do arquivo pessoal de Vania Bambirra. Tivemos a oportunidade de acessá-la e degravá-la, durante os trabalhos de organização do acervo junto ao Núcleo de Pesquisa em História (NPH-UFRGS), em 2016. Entendemos que esta fonte possui uma riqueza histórico pelo fato de ela mostrar a leitura não só de Julião, como também, de Vania, a respeito da conjuntura em que nasceram as Ligas Camponesas. Adicionalmente, a entrevista expressa a leitura a respeito dos agentes do campo que realizaram esse movimento, bem como do seu protagonismo diante dos rumos e das dimensões que o tema reforma agrária tomou no período imediatamente anterior ao golpe militar. Além disso, por tratar-se de uma entrevista realizada ainda

11 Entretanto, lembramos que esse salário, na maioria das vezes, era pago pelo que se chama convencionalmente de “vale do barracão”, que seria “moeda de curso forçado e circunscrita às fazendas, engenhos e usinas.” (JULIÃO: 1962, p. 52)

12 MARX, Karl, Teses sobre Feuerbach, 1845, disponível em:

http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/Teses_Feuerbach.pdf

no exílio (acreditamos que teve lugar em Cuernavaca, no México, por volta do momento da reunião em que Brizola e outras lideranças, incluindo Vania e Theotonio, entre outros, debateram diretrizes para a formação de um novo partido de massas no Brasil, no contexto da redemocratização, reunião que teriam por desdobramento o Encontro de Lisboa, em 1979, com o surgimento do PDT), Julião e Vania fazem uma análise das transformações da composição social do povo do campo. Decorrente do processo de modernização conservadora, surgem os chamados boias-frias, o que incidiria no planejamento de novas concepções táticas e estratégias de luta, quando de sua volta ao Brasil. Outra fonte utilizada para o Capítulo 1 é o Memorial de Vania Bambirra, elaborado em 1991, no momento de seu reingresso à UnB. Como veremos, neste documento ela faz importantes menções à sua atuação nas Ligas, bem como seus estudos sobre a questão agrária.

Já no Capítulo 2, é analisada a conjuntura do período de redemocratização, com a Constituinte, primeiramente, e finalizando esse processo com a votação da Lei Agrária, em 1993. Por se tratar de um período que evidencia importantes transformações nas relações de produção, assim como na composição social do povo do campo e das estruturas produtivas, achamos importante retomar, inicialmente, o processo de modernização conservadora e a política dos governos militares com relação ao campo brasileiro, para que pudéssemos entender, com mais clareza, as intensas costuras de alianças não só entre a esquerda, como também, entre a direita (que passava, também, por um processo de mudança aparente de perfil), para as eleições da Assembleia Nacional Constituinte, bem como os rumos que o tema Reforma Agrária tomou a partir de então, até seus desdobramentos na aprovação da Lei Agrária. A atuação de Vania, nessa conjuntura, será diferente, no que diz respeito ao cenário de lutas, mas permanecerá fiel na busca pela vitória dos interesses da classe trabalhadora e do povo do campo. Como coordenadora da Assessoria Técnica do PDT no Congresso Nacional, ela participará do debate sobre as principais leis e emendas nesse processo. Utilizaremos, para tanto, os documentos do acervo da autora acerca daqueles anos de atuação junto ao PDT e que tratam do tema, como os pareceres realizados por ela em torno de projetos de lei e propostas de emendas sobre a reforma agrária, bem como outros escritos que trazem sua leitura sobre essa questão. Reitramos que estas fontes, assim como a entrevista utilizada no Capítulo 1, pertencem ao Arquivo Vania Bambirra.

Capítulo 1. CONVERGÊNCIAS ENTRE VANIA BAMBIRRA E FRANCISCO JULIÃO

Pretendemos, nesse momento, trazer a contribuição desse intelectual militante e político que foi Francisco Julião (1915-1999) para a construção do movimento camponês no cenário nacional, entre meados de 1950 até o Golpe de 1964. Embora esse período tenha se caracterizado pela presença de grandes reflexões, feitas por pensadores consagrados (tanto pelo volume de obras publicadas como também por sua atuação política), optamos por dar maior visibilidade a esse autor por dois motivos: 1) atuação determinante na formação e intensificação do movimento no campo brasileiro pautado

menos pelas obras acadêmicas (onde e para quem se produz), e mais pela atuação nos próprios cenários de lutas (no campo e no Parlamento), buscando sempre as formas de politizar, educar e, portanto, organizar as massas, entendidas por ele como o personagem principal da luta; 2) o interesse de Vania pelo trabalho de Julião, seja atuando ela como dirigente das Ligas Camponesas em Minas Gerais, nos anos da POLOP, seja pela entrevista feita por ela com o próprio Julião, no México, no período de final do exílio, início do processo de redemocratização.

Vejam um trecho desta entrevista:

“Comecei a advogar pelos camponeses em 1940, e somente quinze anos depois já conhecia toda a região...o movimento camponês adquiriu forma e contou com a minha colaboração como advogado, como dirigente e como animador do movimento, ou, como costume dizer, como agitador social, que é um sentido mais autêntico, melhor da palavra, até que o golpe militar interrompeu essa atividade.”¹³

No período em que Julião inicia seu trabalho na defesa dos direitos da população do campo, ainda não havia ocorrido a aproximação efetiva de parte dessa população com os movimentos políticos (nesse caso, o PCB), que originariam as primeiras ligas camponesas, datadas de meados da década de 1940. Esse momento foi marcado pela forte atuação do PCB como mediador de conflitos no campo e da própria formação de uma nova linguagem que, ao tratar das demandas e das carências dessa população rural, tiveram grande parcela de contribuição para a socialização de categorias apropriadas para o campo, como, por exemplo a própria denominação “camponês”, que se diferenciava da de “trabalhadores agrícolas”, entre outros (MEDEIROS, 2000)¹⁴. Portanto, essa primeira aproximação entre a intelectualidade própria do PCB e a realidade do campo foi responsável pela desconstrução de uma imagem homogênea do mundo rural, principalmente no que se refere às massas trabalhadoras e camponesas nessas regiões. Além disso, o início da construção de um “nós” no campo teve suas origens nesse período, a partir da formação de “ligas camponesas” que eram associações de trabalhadores do campo e que tinham como mediador, entre esses e a esfera político-institucional, o PCB. É interessante notar, entretanto, que Julião, mesmo não sendo partidário do PCB, esteve sempre (e, inclusive antes do partido) imerso nos problemas do campo, contribuindo, de sua forma, para o combate à desigualdade e à exploração sobre essa população. Nesse momento, sua atuação se deu somente no campo jurídico, abraçando casos individuais, mas que seguiam um padrão de conteúdo, que era a defesa dos camponeses explorados. Foi este um

¹³ Entrevista de Francisco Julião a Vania Bambirra, s/d. Memorial Arquivo Vania Bambirra.

¹⁴ Essas distinções na nomenclatura dos diferentes setores do campo ganhará cada vez mais importância no decorrer da década de 1950 em diante, pois as estratégias de lutas iriam diferir, marcadas pelas disputas por espaços das lideranças que se opunham nas leituras da realidade (maior símbolo dentro da esquerda se fará entre as Ligas lideradas por Julião e as ULTAB, lideradas pelo PCB). Os camponeses, representados pelos foreiros, meeeiros, pequenos proprietários, etc., não devem ser confundidos com os trabalhadores agrícolas ou proletários rurais, uma vez que os meios legais de reivindicações se diferenciam: enquanto os últimos apoiavam-se na CLT, aqueles apoiavam-se no Código Civil. Pensar nesses conceitos como indiferenciáveis representaria uma simplificação de

momento de fundamental importância não só para os camponeses que ali buscavam sua ajuda - a defesa jurídica de Julião não era cobrada, pelo contrário, muitas vezes os gastos burocráticos eram feitos por ele mesmo (AGUIAR: 2014, p.118), como também, e, principalmente, para a formação de Julião enquanto intelectual e político comprometido com a práxis revolucionária.

O cambão - termo que define a prática exploratória executada pelos latifundiários aos camponeses, em que estes deveriam trabalhar determinado número de dias no ano nas dependências daquele para compensar o uso de suas terras -, foi o primeiro elemento a ser combatido legalmente por Julião ao advogar. Seu trabalho inicial, assim, foi o de conscientizar cada camponês com o qual tinha contato de seus direitos, utilizando o Código Civil. Este, por sua vez, foi entendido por Julião como o elemento jurídico mais apropriado aos camponeses por seu interesse não na socialização das terras (que deveria ser um momento posterior), mas sim, na luta pela propriedade da terra cultivada por aquela população. A luta, nesse caso, era contra, primeiramente, as práticas exploratórias não-capitalistas (sendo o cambão e o foro seu maior símbolo)¹⁵, para, num momento posterior, se colocar contra o latifúndio. Nesse momento, entretanto, o que nos interessa saber é que, embora o PCB trabalhasse com os camponeses e com os trabalhadores rurais, Julião foi importante figura de conscientização, também, dessa massa, mesmo no período pós 1947, quando esse partido entra na ilegalidade e, por conseguinte, os movimentos camponeses – as primeiras ligas camponesas – acabam reduzindo sua mobilização. Esse período foi crucial para a formação de Julião enquanto agitador social, político e marxista e também para o próprio movimento camponês, que ressurgiu com força na metade da década de 1950. Entretanto, já em 1945, Julião começa a assumir uma

uma realidade complexa e de muitas nuances.

15 O foro, outra medida de exploração exercida pelos latifundiários, seria o pagamento de uma quantia anual pelo direito do camponês em seguir vivendo em suas terras. Segundo o próprio Julião, “A expressão foro, nesse caso, está aplicada de forma correta. Mas a terra que se arrenda a um proprietário privado, o aluguel, a renda que se paga dela, em geral, se chama foro.” (Entrevista de Francisco Julião à FGV/CPDOC, 1982, p. 4)

orientação marcadamente política diante da luta camponesa, com a publicação de seu primeiro manifesto político, intitulado “Carta aos foreiros de Pernambuco”. Segundo AGUIAR (op. cit., p. 110),

“Ele entendeu que a sua campanha, travada individualmente, junto aos camponeses, quase num gesto quixotesco, da qual deveriam, via de regra, decorrer ações judiciais, não poderia jamais salvar aquela classe social desvalida e desprotegida dos poderes públicos. Era preciso ir mais adiante; encontrar maneira mais prática e efetiva de mobilizar o campesinato.”

Esse tipo de manifestação política praticado por Julião será uma constante em sua carreira política e uma prática, entendida por ele, que facilitaria o acesso dos camponeses. Segundo ele mesmo,

“o trabalho de proselitismo da massa camponesa [era] feito com paciência e obstinação. Os caminhos são muitos, da conversa de ‘pé-de-pau’, na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no têço, no enterro, na briga-de-galo, no eito, na palha da cana, no boletim escrito em linguagem singela em tom evangélico (...)” (JULIÃO, 1962, p. 33)

Essa prática, portanto, inicia-se em 1945, e perdurará ao longo de sua trajetória política enquanto defensor da causa camponesa, em um primeiro momento, e, mais adiante, com o amadurecimento das ideias e das práticas, da reforma agrária radical.

O Brasil nas décadas de 1950/60, as Ligas Camponesas e a atuação de Julião

O Brasil, na segunda metade da década de 1950, passava por importantes transformações de caráter econômico, que refletiu, conseqüentemente, na própria sociedade. Como já dito na Introdução deste trabalho, a revolução científico-técnica ocorrida a partir da Segunda Guerra Mundial refletiu, a partir dos anos 1950 – com consolidação nos anos 1960/70 –, no Brasil e na América Latina, em uma crescente monopolização das forças produtivas, a partir da penetração do capital estrangeiro nas economias latino-americanas, acarretando a “desnacionalização da propriedade privada de importantes instrumentos de produção e a transformação de nossa classe dominante em classe dominante-dominada, ou seja, sócia menor do capitalismo dos países centrais.” (BAMBIRRA, 1997, P. 2). O desenvolvimento de máquinas agrícolas e as conseqüências nefastas disso para os camponeses e trabalhadores rurais (o monopólio das terras intensificado com as grilagens, a competição entre as máquinas agrícolas e o trabalho humano, entre outros) acarretou num expressivo êxodo rural e na degradação das forças produtivas nas cidades, com o aumento do exército industrial de reserva. Para quem ficou no campo,

“O importante é que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira iria ter que criar um mercado consumidor para esses 'novos' meios de produção. Para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação das modernas tecnologias pelos produtores rurais.” (GRAZIANO, 1980, P.28)

Embora as metas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek tenham influenciado em grande parte a burguesia industrial e o próprio campo no sentido de encaminhar parcialmente algumas questões, como, por exemplo, o desenvolvimento do mercado interno, trazendo, nesse bojo, a necessidade de se repensar a distribuição de terras; na realidade da economia dependente, a

capacidade que tem o capitalismo de recriar as condições necessárias para obter lucro refletiu na manutenção e, inclusive, na intensificação da concentração de terras. Esses e outros fatores foram determinantes para a efervescência de movimentos contestatórios das massas urbanas e rurais na defesa de seus interesses. Segundo, novamente, Julião,

“A preocupação era ver se era possível criar um mercado interno, ou dar outras condições aos trabalhadores da lida do campo para começar a adquirir os produtos da indústria de transformação no Brasil. Temos que reconhecer esse mérito em Jucelino. Por sua vez, Jucelino estava sendo conduzido pela própria situação internacional, a própria situação latino-americana que levava a esse tipo de governo, um governo de desenvolvimentistas (...). Nós aproveitamos essa oportunidade para dar mais impulso à luta pela organização, a politização, a conscientização política dos camponeses. Então, queremos, com isso, dizer que não foi o trabalho de um homem, ou de um grupo de homens, senão um trabalho da própria história do país.”¹⁵

Essas mobilizações de massas se intensificaram grandemente a partir da Revolução Cubana, o grande acontecimento que, além de estimular os próprios movimentos, colocou em pauta, dentro da esquerda, a necessidade de se pensar o caráter das lutas travadas até então e da própria revolução. Esse parece ser um momento-chave para a atuação da intelectualidade revolucionária nas frentes de luta, e, especificamente, no campo. Mas antes do exemplo histórico de que a revolução, sim, era possível na América Latina, houve outro marco no contexto brasileiro.

A criação da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP)

Um marco desse ascenso de massas nas lutas no campo no Brasil foi a criação, em 1955, da SAPPP (Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco). Esta tinha como base o núcleo de camponeses do Engenho da Galiléia, no município de Santo Antão, no estado de Pernambuco. Logo depois ela viria a ser chamada Liga Camponesa, uma denominação pejorativa (para os latifundiários e os contrários ao movimento camponês) que fazia alusão às ligas da década de 40.

Essa sociedade teve como um de seus fundadores o camponês José dos Prazeres, personagem que, a partir do aumento dos embates com os latifundiários e da repressão policial, busca ajuda nas cidades para a luta no campo, e que, exitosamente, ganha a adesão de alguns deputados que eram favoráveis à causa, dentre eles Francisco Julião. Portanto, cabe ressaltar que Julião, apesar de se tornar a grande liderança das Ligas Camponesas a partir desse momento, não fora o criador desta¹⁶, e sim,

¹⁵ Entrevista a Vania Bambirra, op. cit.

¹⁶ Neste caso, nos referimos à SAPPP, pois entendemos esta como o grande marco da criação das Ligas Camponesas como movimento de massas organizado e cujas pautas de reivindicação exercerão forte peso no jogo político e econômico a partir daquele momento.

um grande elemento que impulsionou o movimento, dando-lhe força e coesão. Segundo o próprio Julião,

“É bom acentuar, eu sempre trato de acentuar, que não fui propriamente o fundador das Ligas Camponesas, mas fui o primeiro advogado que deu assistência... assistência jurídica e, em seguida, política ao movimento (...), [e] com a preocupação de caracterizar esse movimento como um movimento subversivo, como um movimento esquerdista ou comunista.”¹⁷

Cumprir pontuar que o sentido dos vocábulos “subversivo”, “esquerdista” e “comunista” são usados nas palavras de Julião acima com sentido diverso do que é utilizado pela ideologia dominante e pelos órgãos repressores, como sinônimo de “extremista” e “antinacional”. Da fala de Julião, se pode entrever que “esquerdista” é empregado como decididamente de esquerda. E “subversivo” significando inclinado a lutar pela transformação estrutural do sistema de dominação vigente. Daí a presença, também, do ideário por uma sociedade comunista, sem exploração do ser humano pelo ser humano.

O respaldo político de figuras como Julião e, conseqüentemente, do setor urbano ao rural marcou o início de uma forma diferenciada de organização das Ligas, através do Conselho Regional, que simbolizava, sobretudo: 1) a maior amplitude e respaldo do movimento camponês; 2) a sensibilização das massas urbanas às palavras de ordem do povo do campo; 3) dar à organização o status de federação regional; 4) dinamizar e, ao mesmo tempo, facilitar a articulação no campo das frentes de lutas, chamadas de “ligas” ou “delegacias”. (MORAIS: 1969)

Portanto, as Ligas eram organizações de caráter centralizado – a partir de um estatuto regional e com sede na capital de determinado estado – e que dava a oportunidade de organizar legalmente e com menos burocracia as massas camponesas, a partir da formação de delegacias ou ligas, com diretorias próprias. Isso só era possível pelo uso do Código Civil como parâmetro legal, o que refletiu uma tendência à maior adesão de camponeses ao campo de lutas do que os trabalhadores rurais¹⁸, uma vez que esses eram despossuídos de importantes elementos necessários para a produção de sua subsistência (meios de produção, maior dependência do latifundiário para a sobrevivência, etc...) que lhe dariam condições humanas para a luta. (JULIÃO: 1962)

17 JULIÃO, Entrevista a Vania., op. cit.

18 Lembremos, novamente, que há uma distinção considerável entre os camponeses e os trabalhadores rurais proletarizados. Estes últimos eram trabalhadores assalariados nos latifúndios, e, quando muito, recebiam uma pequena quantidade de terra para sobreviver. Os camponeses, como, por exemplo, os foreiros, tinham acesso a alguns hectares de terra por meio de pagamentos anuais em dinheiro ao proprietário (o foro) e por meio do trabalho de graça para este (cambão). Apesar disto, o camponês sobrevivia da produção nas terras utilizadas por ele, enquanto o trabalhador rural proletário vivia de seu trabalho no latifúndio.

No cenário latino-americano, a Revolução Cubana serviu de alento às lutas que eram travadas no Brasil. Segundo Vania Bambirra, em entrevista organizada pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA-UFSC),

“Ela [a Revolução Cubana] golpeava fundo o reformismo pequeno-burguês. Ela questionava não só a CEPAL (...), mas ela questionava também a concepção estratégicotática dos Partidos Comunistas (...), que era uma concepção reformista, que dizia que a luta era contra o capital estrangeiro, o feudalismo (...), enfim, ela tinha de novo isso: ela acendia a tocha revolucionária no continente e mostrava que o socialismo era uma necessidade não só doutrinária, mas era uma possibilidade histórica, uma necessidade histórica.”¹⁹

Em 1960, integrando uma comitiva de Jânio Quadros, Julião viaja a Cuba. E laços de solidariedade entre o primeiro país socialista na América Latina e as Ligas Camponesas se estabeleceriam, como, por exemplo, com a organização de uma viagem de uma numerosa delegação de camponeses, de operários e, também, de estudantes a Cuba para as comemorações do Dia do Trabalho naquele país (AGUIAR: 2014. p. 343). A Revolução Cubana, portanto, é entendida como um importante marco no continente na radicalização das reivindicações pela reforma agrária nesse período, com o exemplo de que a ruptura com o capitalismo era possível. E a atuação de intelectuais como Julião foi determinante para a organização político-ideológica do movimento que nos ocupa.

É nesse momento que Vania Bambirra entra ativamente como militante da reforma agrária:

“No contexto da ascensão dos movimentos sociais da América Latina pós-Revolução Cubana, havia eclodido no cenário nacional, com muita força, a ‘questão camponesa’, a questão da propriedade da terra.

Francisco Julião, líder do movimento camponês que empolgava o país, assustando a uns, esperando a outros, nos visitou por então, reunindo em volta de si entre muitos estudantes, vários bolsistas de nossa faculdade [Faculdade de Economia da UFMG]. Propôs que criássemos as Ligas [em Minas Gerais] e lá fomos, junto com profissionais liberais, quer dizer, advogados de esquerda, que eram as figuras-chave desse tipo de organização, pois ela defendia a propriedade da terra, ameaçada pelos grileiros (...)

A reforma agrária era necessária, inclusive para o desenvolvimento do capitalismo dependente. Por que não foi realizada? Tentei descrever essas razões posteriormente, no meu livro *El Capitalismo Dependiente Latinoamericano*.”²⁰

19 Vania Bambirra: intelectual e militante (09:53 a 10:52). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9fsZ6AIRtS8>

20 Memorial. Brasília, 1991, p. 16. Disponível em www.ufrgs.br/vaniabambirra.

Nota-se, assim, que a Revolução Cubana alentou boa parte das lideranças de esquerda e dos movimentos sociais, com o exemplo de que a revolução era possível e que havia saída para as mazelas de nosso país, de nossa realidade social. Aguiar afirma que a visita a Cuba feita por Julião, quando integrou a comitiva de Jânio, foi emblemática pela surpresa da efetividade dos programas de reforma agrária levada pelo governo revolucionário²¹, o que levou Julião perguntar por que e como aquela pequena nação, tão próxima da grande potência imperialista, conseguira levar a cabo tal feito, enquanto, no Brasil, as dificuldades eram tantas. Sem dúvida, após voltar ao Brasil, Julião “se tornou um político diferente” (AGUIAR: 2014, p. 361). A partir de então, em suas manifestações públicas e entre os camponeses, preocupava-se em manifestar sua solidariedade ao povo cubano e a sua luta, e que esta deveria ser, também, a dos camponeses brasileiros (AGUIAR, op. cit., p. 362). Nesse momento, pois, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião e abraçadas, em Minas Gerais, por Vania Bambirra, adquirem seu caráter mais claramente político e ideologicamente radical, no que dizia respeito à questão agrária brasileira e, conseqüentemente, à proposta de reforma agrária. Cumpre salientar, por outro lado, que esse marco serviu de alento, mas não deve ser tomado como um mimetismo. Nas Ligas Camponesas, procurou-se pensar as especificidades do Brasil e os desafios à construção de um caminho que superasse o capitalismo em nossa realidade social.

A radicalidade que toma o movimento camponês liderado por Julião não só encontrará oposição dos setores conservadores e dominantes, como também, dentro da própria esquerda, especificamente o PCB. As relações entre esse partido e Julião, desde a década de 1950, foram sempre próximas. O início da carreira política de Julião, como deputado estadual, em 1955, pelo PSB, se realizou a contento, em grande parte, pelo importante apoio do PCB, além das amistosas relações entre o líder camponês e Luís Carlos Prestes. Contudo, surgiria uma ruptura.

Essa ruptura entre as forças que regiam, em maior parte, os movimentos sociais no campo, estava relacionada, principalmente, às estratégias de luta: enquanto as Ligas Camponesas agiam a partir de lideranças mais heterogêneas (camponeses em toda a sua diversidade, como foreiros, meeiros, rendeiros, etc.) , abrangentes e pensando numa radicalidade maior sobre a reforma agrária, o PCB, que era o grande mentor da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), com formas mais burocráticas e centralizadas, além de pensar como agente do movimento, especificamente, o trabalhador agrícola, defendia estratégias mais pautadas no âmbito institucional, ou seja, dentro da lógica *do status quo* (AGUIAR, op. cit. p. 365). Ruy Mauro Marini explica que essa ruptura dentro da esquerda ocorre diante da impossibilidade de estabelecimento de um governo burguês-popular idealizado por Goulart, justamente pelo fato de a conjuntura de então caracterizar-se por uma intensa luta de classes, ou seja, uma polarização no cenário nacional que, diante das

21 Para uma análise da reforma agrária em Cuba, ver FERNANDES, Florestan. Da guerrilha ao Socialismo. São Paulo: Expressão Popular. Ver, também, BAMBIRRA, Vania. La Revolución Cubana: una reinterpretación. Cidade do México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974. Disponível em: www.ufrgs.br/vaniabambirra.

pressões populares pela reforma agrária, por exemplo, produzia-se uma resposta violenta por parte dos latifundiários, dirigidas pela Sociedade Rural Brasileira, com a formação de milícias que atacavam os movimentos camponeses. Essa radicalização política, portanto, fazia os planos de governo de Goulart impraticáveis (MARINI: 2013, p. 100-103). A ruptura dentro da esquerda – nesse caso, dentro do tema envolvendo a questão agrária -, e simbolizada pelas divergências entre PCB e Ligas Camponesas, esteve pautada pelo sentido da radicalidade da luta pela reforma agrária, representando as diferenças interpretativas da realidade brasileira (SERVOLO: 2000, p 225). Embora não haja declarações abertas a esse respeito, podemos fazer aproximações entre a interpretação de Julião e a leitura de Marini que expusemos anteriormente, no sentido de pensar que não havia condições de se estabelecer diálogos institucionais, como o PCB propunha, em torno da reforma agrária. Podemos, talvez, evidenciar isso na passagem de Aguiar, ao afirmar que “os principais líderes comunistas brasileiros, ao analisar a realidade política, passaram a ver no líder dos camponeses mais um perigo do que um aliado.” (AGUIAR: 2014, p. 363)²² Julião, em entrevista a Aspásia Alcântara de Camargo²³, expõe sua leitura do movimento camponês e os embates entre sua visão e a do PCB:

“Sempre fui contra, considerando que a liga deveria continuar como um movimento de massas até que a gente tivesse mobilizado todos os camponeses do Brasil. Eu era partidário da formação de ligas em todo o Brasil, até ter cinco ou seis milhões de camponeses nelas organizados como movimento, não como partido. Mas o pessoal começou a golpear. Eu não podia dispor de muito tempo para dedicar-me a um estudo mais sério desses problemas.”

Diante desse impasse, há uma tentativa, por parte de Luiz Carlos Prestes, em aglutinar essas forças, a fim de organizar um grande movimento unificado nacional. Julião, entretanto, rejeita a proposta, por pensar que as Ligas possuíam mais dinâmica. E em caso de eventual fusão aos movimentos liderados pelo PCB, perderiam seu caráter radical e democrático (PAGE, apud AGUIAR, P. 364, 365). As discordâncias estratégico-táticas entre os dois movimentos ganharão mais força no Primeiro Congresso de Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte (1962), do qual resultará a Primeira Declaração do Congresso de BH, em que os pressupostos pautados pelas Ligas Camponesas e por Julião serão, certamente, os vencedores, sendo seu lema, “Reforma Agrária na lei ou na marra!”, nacionalmente conhecido e propagado.²⁴

22 Devemos assinalar, entretanto, que, dada a importância de Julião para o movimento popular do campo em nível nacional, dentro do próprio PCB havia ponderações acerca dessas conclusões, como afirmou Ramiro Alves: “Precisamos compreender Julião” (AGUIAR: 2014, p. 364).

23 Entrevista realizada no contexto da pesquisa do CPDOC "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC - disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista101.pdf>, p. 103

24 Essa mesma palavra de ordem foi utilizada por Julião em seu discurso no comício na Central do Brasil, em março de 1964.

O I Congresso de Belo Horizonte simboliza as dimensões que havia tomado o movimento camponês pela reforma agrária naquele período. “Jango entendeu que, realmente, a questão da terra no Brasil era o ponto nevrálgico da própria economia e, a partir dele, uma vez resolvido, todas as outras reformas viriam como direta consequência.” (AGUIAR: 2014, p. 372). Nesse contexto, o Congresso foi pensado para que se reunissem todas as forças interessadas no tema, e sua importância foi simbolizada com a presença, inclusive, do próprio presidente da república e de líderes nacionais como Leonel Brizola e Francisco Julião. Segundo Almino Afonso, ex-ministro de João Goulart,

“O importante, nesse contexto, é destacar que a reforma agrária deixa de ser um problema da alçada de técnicos ou da preocupação de políticos de maior visão social, para transformar-se numa reivindicação inarredável do movimento de massa.” (apud BAMBIRRA: 1997, p. 3)

A principal evidência comprobatória de tal afirmação é o teor radical da Declaração resultada do congresso camponês que, dentre outras pautas, reivindicava a transformação estrutural da propriedade da terra, com o combate ao latifúndio, ou seja, o monopólio da propriedade da terra. Se exigia que esta transformação fosse realizada, principalmente, pelo governo federal, substituindo o quadro do latifúndio por propriedades camponesas, seja de caráter individual, seja associada. (JULIÃO: 1962, p. 82, 84). Além disso, propunha soluções com relação às melhorias das condições de vida dos camponeses, como o respeito à livre organização independente, aplicação da legislação trabalhista relacionada ao campo, evitando violações; a criação de um estatuto que assegurasse essa legislação trabalhista, a garantia de sindicalização e reconhecimento dos sindicatos rurais, a ajuda à economia camponesa. Outra medida radical proposta na Declaração seria a modificação do art. 147 da Constituição Federal, parágrafo 16, que “estabelece a exigência de ‘indenização prévia, justa e em dinheiro’ para casos de desapropriação de terras por interesse social”, para o pagamento em forma de títulos públicos, a juros baixos, e resgatáveis a longo prazo. (JULIÃO: 1962, p. 86). Notase, portanto, que os movimentos liderados por Julião, naquele Congresso, saíram vitoriosos em relação ao modelo e ao caráter das reivindicações de reforma agrária, principalmente se levarmos em conta a expressiva participação dos movimentos sociais de todo o Brasil (mais de 1.600 delegados participaram, sendo que as Ligas estavam representadas por apenas 250, enquanto o PCB possuía mais de 1000).

Apesar de todo o significado do congresso de Belo Horizonte, a política econômica do governo Goulart e seu Plano Trienal apresentariam hesitações. Conforme análise de Ruy Mauro Marini,

“O fracasso do Plano Trienal, ainda em 1963, não se deveu em última instância ao fato de que se tratava de uma programação falha, mas à própria contradição que se encontrava na base do governo Goulart.” (MARINI: 2013, p. 99)

Era objetivo principal do governo, com o Plano Trienal, retomar a rentabilidade da burguesia, com o combate à queda da taxa de lucros que essa vinha sofrendo. Segundo Marini, a medida de longo prazo seria a ampliação do mercado interno, através da reforma agrária. Enquanto essa não ocorresse, a medida de curto prazo seria uma política externa que ampliasse o mercado exterior e, nesse sentido, podemos pensar em uma retomada do diálogo entre o governo e os interesses dos latifundiários. Todo esse processo fazia cair por terra a possibilidade de conciliação de interesses entre a burguesia e as classes populares (MARINI: 2013, p. 99-100), especialmente no que se refere aos camponeses, embora não exclusivamente. As propostas de Julião saíram-se vitoriosas no Congresso de Belo Horizonte, mas não foram encampadas pela política do governo Jango. Este estabeleceu maior proximidade com as propostas reformistas do PCB, orientando a criação de sindicatos rurais. Essa situação pode ser entendida como um duro golpe para Julião e as Ligas, que já enfrentavam delicados problemas internos para que suas propostas fossem organicamente efetivadas: no plano institucional, havia o problema das dificuldades de se elegerem candidatos que defendessem os interesses camponeses como Julião, dado o analfabetismo de maior parte destes, o que lhes impossibilitava votar. No plano da interpretação estratégico-tática, havia embates dentro das Ligas, com adeptos da formação de guerrilhas, baseado na "teoria" do foco, que não tinha o apoio de Julião. Esses dois componentes acabaram levando o líder camponês a encontrar dificuldades em dar unidade às Ligas em nível nacional. Isto, conjugado com a política de Jango, baseada na sindicalização e, portanto, no apoio à ULTAB pecebista, acabou enfraquecendo de forma considerável a força política das Ligas. A própria candidatura de Julião para deputado federal, em 1962, foi dificultada por esses fatores, somados aos pedidos, por parte da direita representada pelos latifundiários, de cassação do registro de sua candidatura justamente pelo slogan “reforma agrária na lei ou na marra”, interpretado como "subversiva" e que atentaria contra as instituições brasileiras (AGUIAR: 2014, p. 419-420). Nesse sentido, podemos entender que o Congresso de Belo Horizonte foi um marco simbólico de grande importância para que o tema reforma agrária saísse do plano demagógico por parte das instituições. Mas, infelizmente, não alcançou o objetivo de colocar em pauta suas teses e seu sentido radical.

Após o Congresso de Belo Horizonte, segundo a biografia de Julião utilizada neste trabalho, o líder camponês organizava a instalação da primeira Liga em Minas Gerais - Três Marias – (AGUIAR: 2014, 383). A partir disso, podemos nos aproximar às memórias de Vania, quando esta relata sua atuação nesse estado como dirigente e fundadora dessas organizações: “Organizamos umas poucas, mas significativas Ligas, que se desmoronam como um castelo de areia, depois de

1964.”²⁵. Além de seu testemunho escrito, encontramos, em entrevista concedida à sua filha Nadia Bambirra, outra passagem que nos remete a esse momento. Segundo Vania, após o golpe militar, ela sai para o exílio já condenada, embora não soubesse da condenação. Em suas palavras,

“[eu] estava nas Ligas Camponesas, era coordenadora, participava da coordenação das Ligas Camponesas em Minas, fui uma das fundadoras da POLOP, e depois, pelo machismo, quem foi condenado foi meu companheiro, e como mentor intelectual das Ligas Camponesas... ele que não tinha nada que ver com as ligas Camponesas.”²⁶

Trataremos a seguir de como Vania, além de organizadora, procuraria refletir teoricamente a questão agrária no Brasil.

O Golpe e o Exílio

O ascenso do movimento camponês iniciado na década de 1950, que conquistou determinante força para o processo de luta de classes exacerbada no início da década de 1960, gerando importantes conquistas e ganhando visibilidade no cenário nacional, se desfez, bem como seus líderes foram perseguidos, presos, ou exilados, em decorrência do golpe de 1964. Julião, ao tomar conhecimento de sua iminente prisão, fica na clandestinidade por aproximadamente três meses, mas acaba capturado pelas forças armadas, ficando no cárcere até dezembro de 1965, quando consegue asilo no México²⁷ (AGUIAR: 2014, p. 525-658). Vania, por sua vez, após o golpe fica na clandestinidade, em São Paulo, até 1966, quando parte para o exílio chileno. Em seu Memorial, ela relata brevemente a frustração dos primeiros momentos após a notícia do golpe:

“Consumado o Golpe, voltei à minha sala, no ‘Minhocão’, o prédio onde trabalhávamos. Foi uma tristeza no sentido literal da palavra. Todo o conteúdo de minhas estantes e do arquivo (que continha os recortes de jornais da época sobre a questão agrária e documentos diversos que havia adquirido) estava esparramado pelo chão, com marcas óbvias de botas encharcadas de lama do campus (...), enfim, um caos que nos avisava: ‘não voltem mais!’”²⁹

25 Memorial. Brasília, 1991, p. 16. Disponível em www.ufrgs.br/vaniabambirra.

26 O Ressurgimento da Teoria da Dependência (1:03– 6:30). Entrevista a Nadia Bambirra. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PJTvNLaH4kQ>.

27 Durante sua passagem na Embaixada do México, Julião encontra e convive por dois meses com Sinval de Oliveira Bambirra, líder operário e ex-deputado, e que era tio de Vania Bambirra (AGUIAR, op. cit., p. 673). 29 Memorial, op. cit., p. 30.

Sua estadia no Chile marcou muito seu itinerário intelectual. Segundo suas memórias, foi "onde levantou vôo", adquiriu autoconfiança, produto da segurança de que seu trabalho era sério.²⁸ Contratada para atuar como professora e pesquisadora na Faculdade de Economia na Universidade do Chile (assumindo a cátedra deixada por Fernando Henrique Cardoso), Vania, junto com outros tantos intelectuais que atuavam nessa universidade, formou, no CESO (Centro de Estudios Socioeconómicos),

“(...) uma equipe de pesquisa sobre as relações de dependência na América Latina, dirigida por Theotônio dos Santos, composta, além de mim, por Orlando Caputo, Sérgio Ramos e Roberto Pizarro.”²⁹

É nesse momento que a TMD adquire sua organicidade, com a elaboração de seus principais trabalhos teóricos fundadores, frutos não só de suas pesquisas, como também, da experiência militante prévia de seus principais intelectuais. Como vimos anteriormente, Vania nos coloca que sua experiência com as Ligas Camponesas, bem como seus estudos, no Brasil, sobre a questão agrária – que foram destruídas quando o golpe foi consumado – resultariam, posteriormente, num esforço em explicar o porquê de a reforma agrária não ter ocorrido. Esta questão encontra-se presente em "El Capitalismo Dependiente Latinoamericano". Essa obra foi elaborada justamente nesse período no CESO, e contém, embora não explicitamente, a interpretação de Vania acerca da questão agrária brasileira, conforme relatado por ela.

Após o Golpe de 1973 no Chile, Vania, depois de breve passagem pelo Panamá, se instala no México, onde foi contratada, primeiramente, pelo Instituto de Investigaciones Sociales, e, em meados da década de 1970, como professora titular da Faculdade de Economia da UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México). Esse momento do exílio de Vania no México, para nossa pesquisa, é de grande relevância, uma vez que, ao estabelecer um diálogo entre as memórias de Vania e a trajetória de Julião, acreditamos que, embora não haja explicitamente declarações de ambos, foram mantidos contatos no exílio e, especialmente, no momento da reunião já mencionada que contou com a presença de Leonel Brizola e que resultaria em um programa para um novo partido político, a se plasmar no Encontro de Lisboa, em 1979.

Segundo Aguiar, Julião convida Brizola para ir ao México, pois gostaria de lhe apresentar

“(...) um grupo de exilados brasileiros formado por socialistas, trabalhistas e democratas interessados em discutir as bases de reorganização do trabalhismo no Brasil. Entre outros, Teotônio dos Santos, professor de economia da Universidade Autónoma do México (Unam), (...) Ruy Mauro Marini, professor de marxismo (...).”³⁰

28 Memorial, p. 28

29 Memrial, p. 30

30 AGUIAR, op. cit., p. 725

Vania relata que conheceu Brizola em 1968³¹. Podemos afirmar que esse encontro proposto por Julião ao político gaúcho também contou com a presença dela, embora Aguiar mencione o nome de Theotonio dos Santos e não, também, o dela. De acordo com Vania:

“Na segunda vez, ele [Brizola] foi discutir conosco, um grupo muito restrito de exilados, um projeto de programa para a criação de um novo partido político. Estivemos três dias e três noites fechados em um hotel em Cuernavaca (...), conversando sobre a história política contemporânea do Brasil e suas perspectivas (...). Em uma madrugada, tivemos de nos concentrar na elaboração de um projeto de programa do partido, que ele pensava em definir em um encontro mais amplo entre os exilados e personalidades que estavam atuando no Brasil.”³⁴

Essas informações de Vania convergem diretamente com a biografia de Julião, em que consta que o então encontro entre Brizola e os intelectuais se deu no principal hotel da cidade de Cuernavaca, onde Julião instalara-se durante o exílio. E que, dessa reunião, “culminou a unânime decisão de organizar-se, em breve, o encontro de Lisboa (AGUIAR: 2014, p. 725). Sobre esse encontro, podemos acrescentar, ainda, o que Vania diz em seu Memorial:

“Apesar desse encontro ser híbrido, nunca deixei de reconhecer a sua relevância, pois foi democrático e as propostas mais relevantes foram aprovadas nas comissões, o que resultou num programa muito avançado. Nele, prevaleceram muitas das teses do chamado ‘Grupo do México’, o que nos fez sentir mais responsáveis por sua implementação.”³⁵

A Redemocratização e a Questão Agrária: como pensar a nova conjuntura

Até aqui, procuramos sublinhar as aproximações de Vania Bambirra e Francisco Julião em torno da questão agrária, bem como seus contatos no Brasil, à época das Ligas Camponesas, e no exílio mexicano, em um momento de reorganização, já no contexto de abertura política no Brasil e dos debates pela formação de um partido de massas. A seguir, trataremos desse fato, considerando as apreciações sobre as formas de atuação na nova fase política e econômica que se desenhava no Brasil. A questão agrária fazia parte das preocupações naquele momento. E a entrevista realizada por Vania a Francisco Julião aponta para as principais reflexões de ambos quanto ao tema, ao início do processo de redemocratização. Elencaremos alguns eixos temáticos que estruturam o documento.

A organização do movimento camponês na nova conjuntura

31 “Em 1968, conheci pessoalmente a Leonel Brizola. Não mencionei outros episódios marcantes da minha vida política, mas esse é importante referir-me, devido a suas implicações na vida acadêmica. Que eu me lembre, ele esteve no México três vezes.” (Memorial, op. cit., p. 60) 34 Memorial, op. cit., p. 60. 35 Ibidem, p. 61

Antes, porém, de passarmos para à análise da entrevista, pontuemos algumas consequências da política agrária brasileira durante o período ditatorial, a fim de mostrarmos as mudanças de perfil do povo do campo. Primeiramente, embora se coloque (e de forma correta) o esfacelamento do movimento camponês, bem como a dispersão de suas lideranças como uma consequência do golpe, devemos lembrar que sua força era significativa no período anterior, de tal modo a ensejar no mesmo ano de 1964, já no período militar, a promulgação do Estatuto da Terra. O objetivo principal deste seria a implementação de um imposto territorial progressivo sobre as propriedades improdutivas, além da promoção de um processo de colonização, que seria o avanço da fronteira agrícola. Entretanto, na prática, essa medida não se realizou. Nem o dispositivo legal foi utilizado para a cobrança do imposto, nem o avanço da colonização se realizou a contento (do ponto de vista da reforma agrária), dada o caráter inóspito das terras (BAMBIRRA: 1998, p. 4).

Outro fator importante que marca os anos da ditadura foi o intenso desenvolvimento do capitalismo no campo. Junto a isso, o fenômeno dos boias-frias também surge como um importante fator que marca a mudança na composição social característica do povo do campo. Os boias-frias seriam trabalhadores que foram despojados de suas terras – lembremos que o Estatuto da Terra em nada contribuiu para estabelecer mais igualdade na estrutura da propriedade da terra, mantendo, portanto, o grande latifúndio como característica essencial —, e que, em decorrência disso, vendem sua força de trabalho, temporariamente, em épocas de plantio e colheita. Ou seja, aqueles que trabalham no campo em períodos sazonais e sem direitos trabalhistas, e, fora desse período, realizam outros trabalhos – muitas vezes, de caráter informal, e sem direitos quaisquer – vivendo nas periferias ou cidades do interior.³² Com o fim do “milagre econômico”, o êxodo rural continua, mas as cidades não mais absorvem essa população, visto que as grandes obras não possuem mais o ritmo de então, ocasionando o que Vania chamaria de processo de *desruralização* em análise escrita em 1998, à época de sua participação da Assessoria Técnica do PDT no Congresso, em texto que seria publicado em coletânea editada por Francisco López Segrera e publicada pela UNESCO. O recém exposto significa que, ao não encontrar espaço para viver e se manter nas cidades, os novos imigrantes sofreriam com a violência urbana e com todos os males advindos do capitalismo. Vania associa, assim, o que chama de desruralização à *marginalização* (BAMBIRRA, 1998, p. 4).

Pensando nessas modificações da composição social do campo brasileiro – e, em consequência, das cidades —, Vania pergunta a Julião se, diante desse novo quadro brasileiro, as Ligas Camponesas dos anos 1950/60 seriam uma forma de organização válida para aquela conjuntura, principalmente, pensando na importância da organização dos boias-frias para as lutas. Em resposta, Julião diz que “a situação mudou quase totalmente no Brasil”, e que

32 Importante lembrar que há, também, os boias-frias que utilizam esse trabalho mesmo sendo pequenos proprietários. Em função da mecanização da produção agrícola e da incapacidade de estabelecer concorrência com esses grandes produtores, esses camponeses/trabalhadores rurais não possuem condições de sobrevivência apenas com a produção em suas terras.

“Esta penetração do capitalismo no campo contribuiu de forma decisiva para levar qualquer condutor de massas a pensar em uma outra forma, outra estratégia em relação à organização dessas massas que foram, em grande parte, *desplazadas*, que foram absorvidas pelo processo de aceleração capitalista, e que alimentaram a ilusão de poder solucionar seus problemas mais prementes de trabalho nos grandes centros industriais.”³³

A mudança de perfil das classes populares do campo, segundo ele, levaria à necessidade de analisar mais aprofundadamente as estratégias de luta das massas, de forma que se pensasse menos em Ligas camponesas, e mais em atuação através de sindicatos, principalmente, “em sindicalização dessa imensa massa que está aglomerada em cidades do Centro-Sul”.

Outro ponto importante de destacar em sua resposta é que uma das preocupações fundamentais para se pensar na luta das massas no campo pela reforma agrária seria a de “nacionalizar as terras desnacionalizadas”, resultante da penetração do capitalismo no campo, “para formar grandes cooperativas”. Essa seria uma medida determinante, pois solucionaria tanto o problema dos camponeses – que sofriam com a marginalização no próprio campo -, como também dos boias-frias, que, sem poder competir com os trabalhadores altamente qualificados, o que os levaria à condição maior de marginalidade, poderiam ser absorvidos pelas grandes cooperativas. Finalizando essa resposta, diz o entrevistado: “o Estado passaria a ter uma grande responsabilidade de organizar cooperativas e dar um salto qualitativo na exploração, na organização, na condução de uma reforma agrária no país.”³⁸

Essa mudança na forma de pensar nas perspectivas de luta por parte de Julião também foi apontada por Aquiar, ao afirmar que, nas décadas de 1950/60, as Ligas tiveram um importante papel nas lutas do povo do campo, por não haver, naquele momento, de forma orgânica, as condições necessárias para os sindicatos entrarem com força combativa. Entretanto, em função da penetração do capitalismo no campo, principalmente através das multinacionais, “pouco a pouco alterou-se a fisionomia do cultivo e a forma de trabalho dos agentes envolvidos: produtores e trabalhadores.” (AGUIAR: 2014, p. 750). Mais uma vez, se faz importante pensarmos na diversidade da composição das massas do campo brasileiro, uma vez que, enquanto o elemento camponês nas décadas pré 1964 eram entendidos como o elemento-chave nas estratégias de luta, no período posterior, ou seja, a partir do início do processo de redemocratização, o trabalhador rural (no sentido de trabalhadores proletarizados, despojados de suas terras) toma esse lugar, pelos motivos já expostos.

33 Entrevista a Francisco Julião, op. cit. Optamos por utilizar a palavra “desplazar” sem traduzir para o português, pois acreditamos que poderia perder seu sentido original. 38 JULIÃO, Entrevista, op. cit.

Em resposta à indagação de Vania sobre a importância do papel do camponês para a luta pela democracia no Brasil no período de redemocratização, Julião responde que não há a possibilidade de se pensar em uma luta efetiva pela democracia sem levar em conta o caráter determinante do papel que as massas do campo exercem sobre esse movimento. Eles seriam um elemento necessário para se constituir um partido de massas, uma grande organização política, que ampliaria e aprofundaria o processo de redemocratização.

Dentro dessa perspectiva, Vania pergunta sobre as “possibilidades (...) de uma aliança operário-camponesa no Brasil, com vistas a uma democracia avançada, e logo, ao socialismo”. Julião, em resposta, não acredita que se possa organizar um grande partido de massas sem essa aliança, que já vinha se constituindo na época das Ligas, quando os camponeses buscavam apoiar-se nos grandes sindicatos urbanos para o fortalecimento da luta. Para a época da redemocratização, mais sentido adquiriria, assim, a aliança operário-camponesa, visto que ocorrera a transformação massiva de grande parte dos camponeses em boias-frias:

“Agora com maior razão (...), como já salientamos, a massa camponesa que estava constituída antes, em sua maioria, de pequenos proprietários, ou minifundistas, ou rentistas (...), está constituída hoje, em sua maioria, por boias-frias. Então se justifica, cada vez mais, a aliança entre essa massa agrícola e os trabalhadores industriais. Aí eu vejo, realmente, a possibilidade de, conjugando essas duas forças, formar um grande partido de massas para acelerar, para melhorar, a democracia brasileira.”³⁴

Quanto à possibilidade de uma democracia avançada, ou seja, o socialismo, ele acredita que, para se obter respostas mais concretas, haveria a necessidade de estar no Brasil, onde somente nessas condições, poderiam, a partir da análise concreta da situação, fazer frente e participar de um grande partido que congregasse e organizasse a imensa massa de trabalhadores brasileiros. Para ele, portanto, uma transição para o socialismo teria como elemento principal a liderança aglutinadora de massas.

³⁴ Franciscio Julião, Entrevista a Vania Bambirra, op. cit.

Embora não estejam diretamente relacionados à questão agrária, os temas que referem-se à memória política das massas como um elemento central para a constituição de um partido e de uma ideia de transformação nacional devem ser pensados como ferramenta de mobilização no campo. Além disso, optamos por trazer esse tema para o presente capítulo, pois ele faz parte de um importante marco na trajetória de Vania Bambirra, principalmente porque representa os planos de atuação dela na política e na sociedade brasileira, quando de seu retorno do exílio: tratamos, nesse caso, de todo o processo de se pensar a criação de um partido, iniciado no México, como já foi relatado, e que originará o PDT na década de 1980, onde Vania atuará até o ano de 2000.

Então, quando Vania pergunta sobre a importância dos ícones que lideraram os movimentos de massas até 1964, como Brizola, o próprio Julião, entre outros, este responde que

“Devemos resgatar a memória histórica, a memória política dos povos, baseando nossos anseios na própria vivência desses povos. Então, no caso específico do Brasil, os que assumiram as responsabilidades de conduzir esse processo, equivocados ou não, temos que retornar, buscar essas raízes para (...) projetar uma política que já exista (...) na consciência das grandes massas dos trabalhadores. Nós (...) devemos buscar, estudar, analisar profundamente a realidade nacional, resgatar tudo aquilo que foi útil ao desenvolvimento desse processo, e dar continuidade a isso (...), em diminuir as peculiaridades do país.”⁴¹

Dentro desse raciocínio, ao responder a Vania sobre os motivos que o levaram a participar da estruturação do PTB junto a Leonel Brizola, ele reforça que este representa a herança de toda a mobilização de massas até 1964 e que, portanto, teria condições de representar a mobilização de massas a partir de suas raízes de lutas. Além disso, é interessante ressaltar que agradava a Julião “a expressão partido dos trabalhadores do Brasil porque ampliava muito o conceito, dava uma perspectiva mais profunda do conceito.”³⁶

Quanto à participação do Nordeste no processo de formação do partido, quando Vania pergunta sobre as possibilidades de um apoio amplo das massas desse estado, Julião diz que “o povo tem memória”. E o Nordeste, por possuir em sua história grandes movimentos de libertação do país, e,

³⁵ Salientamos aqui, que, inicialmente, o partido pensado desde o México, e que ganha organicidade a partir do Encontro de Lisboa, era a sigla PTB. Entretanto, já no processo pré-eleitoral, em 1980, a Justiça Eleitoral deu direito a Ivete Vargas de legalizar a legenda, restando a Brizola, criar uma nova agremiação. O PDT. Segundo Darcy Ribeiro, “o principal obstáculo à reorganização do PTB, sob a liderança de Brizola, foi criado pelo general Golbery do Couto e Silva, tido como ideólogo da ditadura. A manobra consistiu em deixar a sigla histórica nas mãos dos aventureiros que se compraziam em alugar a legenda, vinculá-las aos patrões, torná-la submissa ao governo e controlada por banqueiros.” (AGUIAR: 2014, p. 751) ⁴¹ Francisco Julião, Entrevista..., op. cit.

³⁶ JULIÃO, Entrevista, op. cit. Como veremos, o nome partido dos trabalhadores ficaria a cargo de outra organização, o PT, ao passo que o partido que Brizola, Darcy Ribeiro, Vania, Theotonio e outros fundariam viria a ser o PDT, 43 JULIÃO, Entrevista, op. cit.

também, por ser uma região mais dramática quanto às desigualdades e dificuldades de sobrevivência das massas, deveria ser pensado como um dos elementos principais para a transformação da sociedade brasileira:

“(...) o Nordeste brasileiro tem todas as condições para incorporar um movimento que vise, ou que tenha como meta a fundação de um partido dos trabalhadores, e há de se incorporar (...) porque é a região mais carente, a que mais necessita de uma transformação em sua estrutura agrária, em sua estrutura econômica, em sua estrutura política. Tenho certeza de que o Nordeste não falhará.”⁴³

Poderíamos elencar outras passagens da entrevista de Julião a Vania Bambirra. Mas, para os objetivos deste trabalho, acreditamos ter destacado alguns dos aspectos mais implicados para nossa narrativa. Procuramos nesse capítulo, a partir de duas fontes resultantes do trabalho de Vania (primeiro, seu Memorial para reassumir o cargo de professora na UnB em 1991; e o segundo, a entrevista a Julião, realizada provavelmente no momento próximo à volta do exílio e à formação do PDT) mostrar: 1) a relevância que tinha a questão agrária para os seus estudos e para a sua atuação política; 2) entender porque aproximou-se de Julião e das Ligas Camponesas. Acreditamos que foi justamente essa peculiaridade na atuação desse intelectual e agitador social, bem como sua leitura mais acurada com relação às diversidades do povo do campo, e as estratégias e táticas necessárias de luta que chamaram a atenção de Vania para o movimento e para esse personagem; e 3) a reflexão em torno dessas especificidades da composição do povo do campo, e, a partir da análise de uma conjuntura que passava por um processo de transformação econômica, política e social, como foi o caso pré-golpe e a posterior fase de redemocratização, entender como essas mudanças na composição social das massas do campo podem ser determinantes para se pensar a realidade concreta e, por conseguinte, pensar sua transformação.

CAPÍTULO 2. Vania Bambirra e o PDT

Como vimos no capítulo anterior, o golpe militar de 1964 desmobilizou, através da repressão e da perseguição política de seus líderes, as organizações políticas da esquerda brasileira e os movimentos sociais em geral, sejam eles urbanos, sejam rurais. A saída para as lideranças desses movimentos foi o exílio, em sua maioria, ou a clandestinidade. Esta, muitas vezes, com finais bastante tristes. As lideranças que se exilaram, entretanto, permaneceram com o esforço de interpretar a sociedade brasileira e latino-americana, cada um segundo as condições que lhes eram oferecidas, como já expomos no capítulo anterior.

Nossa proposta para o presente capítulo será a de mostrar como, após mudanças determinantes no setor agrícola³⁷ brasileiro iniciadas com a modernização conservadora³⁸, as lideranças e intelectuais que voltam do exílio passam a interpretar a nova realidade para traçar estratégica e taticamente a luta com e pelo povo do campo. Vania Bambirra será nossa personagem principal, a partir da análise de sua trajetória após o exílio, atuando como uma das fundadoras do PDT, e, posteriormente, como quadro nesse mesmo partido, pensando a questão agrária, principalmente a partir da Constituinte (1987/88), bem como durante o processo de regulamentação da Constituição de 1988 (1992/93).

O processo de redemocratização, na perspectiva da questão agrária, torna-se bastante dinâmico, marcado por embates não só no campo, com o aumento dos movimento reivindicatórios populares (pensando, aqui, como marco desses movimentos o MST), como também, no Congresso. Portanto, abordaremos o período que compreende o início da década de 1980 (quando os embates se tornam mais públicos), até o desencadeamento da votação da Lei Agrária, em 1993, momento em que há uma grande quantidade de documentos que comprovam a preocupação de Vania com a reforma agrária, bem como sua concepção estratégica de luta nessa conjuntura.

Diante disso, optamos por estruturar esse capítulo em quatro partes. Primeiro, reconstituímos os nexos com a conjuntura abordada no capítulo anterior, abordando o processo de modernização conservadora e a formação do novo elemento que compõe o povo do campo – os boias-frias -, bem como a situação dos camponeses durante o período ditatorial. Situamos também o MST enquanto

37 Importante salientarmos a diferença conceitual entre questão agrícola e questão agrária: a primeira refere-se estritamente à produção em si, enquanto a segunda está ligada às relações sociais dessa produção. Embora ambas estejam diretamente ligadas, não necessariamente uma crise agrária poderá ser acompanhada de uma crise agrícola. Como veremos durante o capítulo, o período chamado de “milagre econômico” do período ditatorial caracterizou-se por uma recuperação do setor agrícola, enquanto houve um aprofundamento da crise agrária, sendo os trabalhadores rurais e os camponeses os principais prejudicados com esse processo (GRAZIANO: 1985).

38 Vania Bambirra nos atenta para o início do processo remontando já à década de cinquenta: “A produção em série de máquinas agrícolas, que competem com o trabalho do homem, a estrutura fundiária monopolizada e o tradicional fenômeno da grilagem das terras, não só de terras devolutas, mas também de pequenos proprietários, intensifica o êxodo rural. Em meados dos anos cinquenta, surgem as Ligas Camponesas no Nordeste, que tendem a se espalhar para outras regiões(...)” (BAMBIRRA: 1996, p. 2). Entretanto, sabemos que foi na década de 1960 que se iniciou massivamente esse processo, que Graziano vai chamar de “modernização conservadora” (GRAZIANO: 1981), como veremos adiante.

marco fundador e de maior expressão nas lutas do povo do campo a partir das transformações de finais da década de 1970 e fazemos considerações sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), resultante das pressões populares no período de redemocratização. Nesse mesmo processo, apresentamos aspectos sobre as elites agrárias no período da ditadura, bem como a modificação de sua atuação na década de 1980, principalmente a partir da divulgação do PNRA, com a criação da UDR, que também ganhará atenção especial, por simbolizar o outro polo da luta de classes, representando o ultraconservadorismo. Ao mesmo tempo, tratamos da formação do PDT enquanto partido que se coloca à esquerda no período, ao lado dos movimentos sociais, e remontamos alguns debates das concepções estratégico-táticas em seu interior. Em uma segunda parte do capítulo, nos voltamos para a Constituinte e o processo polarizado na defesa dos interesses, por um lado, das elites agrárias, e, por outro, dos movimentos sociais do campo. Por fim, em uma terceira parte, vemos a implementação da Lei Agrária de 1992/93, bem como os embates polarizados que o marcaram, resultando na vitória da direita.

A Questão Agrária no período militar

As chamadas “reformas de base” propostas pelo governo Goulart no período pré-golpe, embora não fossem caracterizadas como profundas, na perspectiva da esquerda radical, para as elites dominantes elas eram uma afronta e a representação de uma profunda transformação perniciosa para a manutenção de seus privilégios. Segundo Marini,

“Essa mobilização das classes dominantes mostrava que o esquema burguês-popular, sob o qual se formara o governo de Goulart, era impraticável. Diante da intensificação da luta de classes (que a taxa de inflação em 1963 expressa claramente) e do estancamento da produção (aumento bruto de 2,1%, com o investimento ainda em resseção), a burguesia retirava cada vez mais seu apoio a Goulart e se deixava ganhar pelo pânico difundido por grupos reacionários.”³⁹

Na perspectiva econômica, portanto, o golpe de 1964 representou a vitória da direita no sentido de traçar o planejamento, segundo seus interesses, para a saída da crise econômica que assolava o Brasil no período. Segundo Mendonça, três questões se colocavam para resolver a crise, bem como para desenvolver o capitalismo no Brasil: o combate à inflação, a alteração da política externa e a modernização do campo brasileiro.⁴⁰ Para o primeiro problema, o governo adotou medidas de “recessão calculada”, com o aumento da superexploração da classe trabalhadora, através do arrocho

39 MARINI, Ruy Mauro, *Subdesenvolvimento de Revolução*. Florianópolis: Insular/IELA-UFSC: 2013, p. 102.

40 MENDONÇA: 2010, p. 35.

salarial, da queda nas condições de trabalho, bem como a repressão. Quanto ao segundo ponto, a política externa brasileira adotou um alinhamento ainda maior com os Estados Unidos e, o que mais nos interessa para esse momento, a modernização da agricultura foi pensada a partir de um plano de reforma agrária (MENDONÇA: 2010, p. 35). Nesse sentido, o marco para a tentativa de resolução desse problema foi a criação do Estatuto da Terra, no mesmo ano do golpe. Esse fato merece uma atenção especial, pois seu caráter contraditório nos indica que ele respondia a duas questões: 1) a modernização do campo brasileiro, entendida como pressuposto básico para a ampliação do mercado interno, através da mudança da estrutura fundiária que, ao configurar uma nova classe média no campo, impulsionaria o consumo dos produtos industriais; 2) uma resposta aos movimentos sociais das décadas anteriores que, embora compunha uma fração da população brasileira caracterizada como “comunista” e, portanto, como “inimigo interno” sob a doutrina de segurança nacional, marcou profundamente a história das reivindicações populares, demasiadamente fortes para simplesmente resolvê-las com a repressão. É nesse sentido que Vania afirma que “esta lei teve como objetivo dar respostas políticas aos movimentos sociais anteriores ao golpe.”⁴¹

Como havíamos colocado no capítulo anterior, o Estatuto da Terra, em linhas gerais, tinha como principal forma de ação a implantação do imposto territorial progressivo, bem como a política de colonização nas regiões Norte e Centro-Oeste. Também trazia como novidade a “desapropriação por interesse social”⁴², que seria paga com títulos de dívida agrária, além da introdução de importantes conceitos para definição de tipos de propriedades, como “minifúndio”, “módulo rural”, “empresa rural”, “latifúndio por exploração” ou “latifúndio improdutivo” e “latifúndio por dimensão”, a fim de proceder com os diferentes processos de desapropriação, instituída, também, pela referida Lei (MORISSAWA: 2001, p. 99). Entretanto, as medidas propostas pelo referido Estatuto foram manipuladas como mecanismos de acentuação da crise agrária: primeiro, pela inadimplência dos grandes proprietários quanto ao imposto sobre suas terras, segundo, porque a política de colonização resultou num fracasso, principalmente por não haver um plano efetivamente possível para dar conta da infraestrutura necessária que possibilitasse a alocação de famílias em uma região que diferia das que as populações imigrantes “habitavam” anteriormente⁴³. Segundo Graziano,

“Logo ficaria claro, porém, que a reforma agrária proposta pelos militares não era a reforma radical que os trabalhadores queriam, mas uma lenta e dolorosa transformação dos

41 BAMBIRRA: 1996, p. 3.

42 Aqui refere-se à definição de “função social da terra”, introduzida no Estatuto, que caracteriza-se pela utilização da propriedade dentro de parâmetros essenciais para a sua utilização plena, ou seja, com respeito ao meio ambiente, ao uso de forma racional e que cumpra com a legislação trabalhista (MORISSAWA: 2001, p. 99).

43 Lembramos que as regiões de colonização escolhidas pelo governo são as chamadas zonas de fronteira, portanto, na região amazônica.

latifundiários em modernas ‘empresas rurais’, amparadas por toda a sorte de incentivos fiscais e creditícios.”⁴⁴

O Estatuto da Terra, apesar de seu conteúdo aparentemente progressista, representou, na perspectiva da questão agrária, um aumento das desigualdades no campo, representada pela repressão aos movimentos sociais (no sentido de controlá-los), a fim de desarticular os conflitos por terra. Morissawa nos mostra que, entre 1965 e 1981, eram realizadas, em média, apenas oito desapropriações no ano, enquanto o número de conflitos por terra chegava, pelo menos, a setenta.

A modernização conservadora

O que, de fato, marcou a política econômica dos governos militares foi a chamada modernização conservadora. Obviamente, a reação dos setores agrícolas dominantes ao projeto de reforma agrária a partir do Estatuto foi determinante para a não efetivação das desapropriações, bem como a utilização do próprio mecanismo para realizar as mudanças estruturais de produção a partir da introdução de máquinas agrícolas que aumentassem a produtividade, bem como a menor utilização de força de trabalho, o que tornaria a produção mais lucrativa⁴⁵. A partir da resistência dos setores dominantes, o que se fez do Estatuto da Terra foi a concessão de incentivos fiscais para a modernização da produção agrícola, bem como a possibilidade de aquisição de terras da região amazônica por grupos empresariais, pelas multinacionais e, inclusive, pelos grandes proprietários, principalmente da região Sudeste, para uso especulativo da terra. Ou seja, em vez de se realizar a reforma agrária, o que os governos da ditadura propiciaram foi a possibilidade de maior concentração de terra e o aumento das desigualdades e violência no campo. Segundo Mendonça, o conceito de “empresa agrícola” foi o grande vitorioso desse processo, pois se tornou análogo a ideia de uma alternativa “democrática” para a modernização do campo. Esse processo, por fim, representou uma cisão entre reforma agrária e modernização da agricultura, resultando na capitalização da produção agrícola, sem a necessidade de modificação da estrutura fundiária.⁴⁶

Dentro desse projeto de formação de “empresas rurais”, as agremiações que compunham as elites agrárias passaram a defender, com sucesso, a formação de uma categoria compatível a tal processo, no sentido de transformar os antigos latifundiários em “empresários rurais”. Essa nova retórica

44 (GRAZIANO: 1985, p. 66)

45 Mendonça nos aponta a atuação da SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) e da SRB (Sociedade Rural Brasileira) como os principais representantes da elite agrária brasileira a combaterem o processo de reforma agrária. Pautavam-se na defesa da propriedade privada, ou seja, numa reforma agrária sem mudança da estrutura fundiária. Propunham emendas e substitutivos que retirassem a desapropriação por interesse social a partir de latifúndios improdutivos, bem como uma proposta de resolver a questão do Imposto Territorial Rural (ITR) de forma “amigável” (MENDONÇA: 2010, p. 50).

46 MENDONÇA: 2010, p. 51.

resultou da necessidade de reivindicar maior atenção por parte dos governos ao setor agrícola, entendido pelas elites como penalizado pela crise, diante da indústria de caráter urbano (MENDONÇA: 2010, p. 53). Portanto, o que se verificou no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 foi uma importante transformação das relações de produção no campo brasileiro. Ao elevar a produtividade, através da introdução das máquinas agrícolas, a nova forma de produção agrícola resulta numa intensa evasão do campo por parte tanto dos trabalhadores rurais (em decorrência da diminuição da oferta de trabalho), como pelos camponeses, expropriados crescentemente pelas empresas agrícolas, bem como pelos latifundiários as empresas estrangeiras, que passaram a lucrar com a especulação fundiária⁴⁷. Desse processo, resulta a formação de uma nova categoria de trabalhadores rurais, os boias-frias, que dependiam da sazonalidade para exercer as funções que lhe cabiam no campo (agora caracterizado pela intensificação da força de trabalho, dada a grande oferta de mão-de -obra), e, nos demais períodos, sobreviviam com trabalhos, na maioria das vezes informais, nas periferias das cidades. Segundo Graziano,

“Em duas décadas, o país que tinha 70% da sua população na zona rural urbanizou-se a ponto de inverter a proporção: hoje temos apenas 30% nos campos. Na década de 70, cerca de 15 milhões de pessoas migraram para as cidades (...). Mesmo nas regiões de expansão da fronteira agrícola (...), a maioria dos migrantes não encontrou na agricultura – a não ser transitoriamente – fonte de ocupação, indo alojar-se em favelas das periferias urbanas.”⁴⁸

Com a crise da década de 70, as cidades não mais absorvem, portanto, os migrantes do campo, levando ao fenômeno de “desruralização”⁴⁹, ocasionando um aumento de indivíduos em condições miseráveis, levando-os a recorrer a trabalhos informais, bicos, à prostituição, ou seja, “pessoas ocupadas ‘por conta própria’ sem nenhum papel essencial do ponto de vista econômico, social ou político na vida do capitalismo dependente brasileiro.” (GRAZIANO, op. cit., p. 61).

O MST: a volta dos movimentos sociais do campo

Em meio a condições históricas como as narradas acima, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST nasceu formalmente na realização do 1º Encontro Nacional dos SemTerra, em Cascavel, Paraná, em janeiro de 1984. Acreditamos que esse movimento social seja o marco do

47 Segundo Morissawa (op. cit., p. 122), “aproximadamente 30 milhões de hectares passaram a ser propriedades de empresas estrangeiras. Relatórios recentes revelam que 95% dos recursos financiados não foram aplicados e sequer foram pagos ao banco financiador (Banco Amazônia)”.

48 GRAZIANO: 1985, p. 61.

49 Graziano chama esse processo, também, de “lumpemproletariado”, ou seja, o trabalhador rural que nas cidades deveria ser o proletário, mas que, dado o aumento do exército industrial de reserva, fica as margens de uma grande “fila” de trabalhadores desempregados em busca de emprego.

retorno das reivindicações pela reforma agrária a partir de uma organização nacional e solidamente estruturada, e que se tornou uma expressiva força no processo de elaboração da Constituinte de 1988, bem como de sua implementação em 1993.

Não devemos, entretanto, pensá-lo isoladamente. Há uma importante ligação entre o MST e as Ligas Camponesas, pois ambos representam uma organização independente, organizada nacionalmente, e que pautam mudanças radicais para as estruturas fundiárias. Embora em conjunturas diferentes, ambos movimentos foram determinantes para a construção de uma identidade do povo do campo enquanto agentes da própria transformação que almejavam.

Outra influência determinante para a criação do MST foi a forte atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que teve um importante papel de luta junto aos camponeses e trabalhadores rurais durante a ditadura, no sentido de atuar como mobilizadores do povo do campo, com assistência e com as denúncias das políticas e projetos dos militares no período (MORISSAWA, op. cit., p. 105).⁵⁰Podemos dizer, portanto, que os trabalhos realizados pelos setores progressistas da Igreja Católica foram determinantes para a permanência, mesmo que sem a força e a organicidade do período pré-golpe, das reivindicações do povo do campo durante a ditadura, e que, com isso, possibilitou a organização dos movimentos de maior vulto já na década de 80, sendo o MST seu maior símbolo.⁵¹Embora sua criação formal tenha se dado em 1984, ele é resultado de movimentos já iniciados no final da década de 1970, que continham um objetivo em comum: a reforma agrária.

Esses movimentos podem ser verificados em vários estados, como o Rio Grande do Sul⁵², Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

A partir de sua fundação, o MST se espalhará por todo o Brasil, consolidando-se como a principal frente de lutas do povo do campo até nossos dias. Nosso objetivo, nesta parte do trabalho, foi trazer alguns elementos a respeito da formação do MST. Sua atuação nos desdobramentos da luta de classes no campo brasileiro, não só na Constituinte, como também no processo de implementação, serão abordadas posteriormente, quando trataremos da referida conjuntura.

50 A CPT, criada em 1975, assim como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), criadas no início da década de 60, era baseada na Teologia da Libertação, tendo Leonardo Boff como um dos seus principais pensadores, que fazia uma releitura da Bíblia a partir da perspectiva dos oprimidos, pensando o capitalismo como o agente da miséria e das desigualdades, o que o caracterizaria como “anti-humanos e anticristão” (MORISSAWA, op. cit., p. 105).

51 Devemos lembrar, também, da 18ª Assembleia da CNBB, em fevereiro de 1980, da qual se originou o documento “A Igreja e os Problemas da Terra”. “Esse documento representa um marco na interpretação da questão agrária brasileira, estabelecendo uma visão clara da diferença entre terra de trabalho e terra de exploração.” (MORISSAWA, op. cit., p. 106). Nesse caso, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros) passa a defender apenas a terra para o trabalho.

52 A ocupação na Fazenda Macali, em Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul, é considerada o marco desses movimentos, e a “semente” do MST (MORISSAWA, op. cit., p. 123).

A “Nova República” e o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Por volta do mesmo momento em que o MST foi fundado, acontecia a campanha pelas "Diretas Já!", a qual terminou não alcançando seu objetivo. Tancredo Neves é eleito presidente da República indiretamente, para ser o primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar. Antes de sua posse, Tancredo já sinaliza para uma resposta aos movimentos sociais, ao colocar a questão agrária como pauta a ser tratada em seu futuro governo. Com sua morte, José Sarney toma posse e seu governo, na perspectiva da questão agrária, é marcado pela criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Proposto pelo MIRAD/INCRA primeiramente no IV Congresso do movimento sindical dos trabalhadores rurais, em 1985, o PNRA era, basicamente, uma proposta que visava a aplicação mais rápida e eficaz do Estatuto da Terra. A partir dessa aplicação, procurava-se atender às reivindicações dos movimentos populares do campo, com desapropriações por interesse social que possibilitassem os assentamentos dos trabalhadores sem terra nas regiões de maiores conflitos. Essas desapropriações seriam pagas mediante Títulos de Dívida Agrária (TDA's), enquanto as benfeitorias seriam pagas em dinheiro. Além das desapropriações, a partir do PNRA planejava-se a colonização e a tributação progressiva da terra.

O PNRA contou, para a sua elaboração, com a participação dos principais setores envolvidos e que seriam os beneficiados com o programa, ou seja, com os setores populares: representantes do movimento sindical (CONTAG), do MST e de setores progressistas da Aliança Democrática. O objetivo inicial seria o de promover o assentamento de 1,4 milhões de famílias até o fim do mandato de Sarney. Entretanto, na prática, o número chegou a apenas 82 mil famílias assentadas. Isso porque, quando o PNRA foi aprovado (Decreto 91.766), esse já havia sido descaracterizado com as emendas substitutivas, que barravam sua efetividade, principalmente em decorrência da mobilização da direita, organizada principalmente através da UDR, o que veremos adiante. Segundo Mendonça⁵³, o que assustou a elite nacional foi a apresentação, em primeira mão, do PNRA em um congresso de trabalhadores rurais, setor cuja organização crescera vertiginosamente a partir da redemocratização e que já era visto, novamente, como uma força popular a ser combatida.

A criação da UDR (União Democrática Ruralista)

Assim como o MST é um marco importante no restabelecimento das lutas do povo do campo no período de redemocratização, podemos entender a UDR como o marco do polo oposto no cenário da luta de classes no campo brasileiro. Por isso, optamos por dar a essa agremiação uma especial atenção, pois ela será um dos protagonistas na Constituinte, marcada pelo seu caráter reacionário, violento, e, apesar de tudo, efetivo no que se refere aos interesses da elite agrária brasileira.

53 MENDONÇA, 2013, p. 94

Antes de entrarmos propriamente nas considerações sobre a criação da referida agremiação, importante se faz trazermos alguns processos que envolvem a obtenção (ou manutenção) do poder, esse entendido aqui

“(…) como a capacidade de planejar e conduzir a ação política. Isto significa ter, *saber* e *poder* implementar uma estratégia política, deslançando as operações necessárias e possíveis, destinadas a alcançar seu objetivo estratégico no interior de uma correlação de forças dada e passível de mudança, num quadro de conflito aberto ou institucionalizado.” (DREIFUSS: 1989, p. 20)

A ação política a que Dreifuss se refere consiste em num “esforço de intervenção abrangente, preparada e calculada”, que depende de “manobras táticas”, ou seja, de operações que visem, cumulativamente, obter efeito significativo que dê estrutura e simbolicamente autenticidade e poder a um grupo de ativistas que agem segundo os interesses de sua classe. Isso se dá através de instrumentos de coação econômica, meios de comunicação, pressão política e, inclusive, mecanismos repressivos. Além das manobras táticas, se faz necessária a estratégia política, que seria

“a arte/ciência [que] se aplica às grandes operações da política, isto é, ao cálculo e à coordenação a médio e longo prazo do conjunto de recursos, disposições e medidas, cuja aplicação é estimada como necessária para chegar-se a um resultado final almejado no contexto da oposição de forças adversas e que podem redundar, se bem-sucedidos, na direção da sociedade e na orientação política das instâncias estatais.” (DREIFUSS, 1989, p. 20)

Julgamos importante essas definições colocadas por Dreifuss, pois a UDR, tanto em sua formação, como também, no andamento do processo da Constituinte e de sua implementação, foi a organização da direita que mais claramente atuou dentro desses parâmetros do jogo político, e obtendo sucesso, não só nas disputas de classe (com a esquerda), como também, nas disputas pela representação máxima da direita (MENDONÇA: 2010).

Embora seja difícil o acesso às informações que datem exatamente o momento de fundação da UDR, lideranças afirmam que ela teria nascido em junho de 1985, no estado de Goiás. A agremiação teria surgido a partir de reuniões envolvendo pecuaristas que, vale lembrar, eram os “marginalizados do processo de ‘modernização conservadora’” (MENDONÇA, op. cit., p. 125). A UDR teve como liderança de maior destaque o médico e descendente de uma tradicional família de fazendeiros e políticos de Goiás, Ronaldo Caiado.

A criação dessa associação representa uma resposta de parte das elites agrárias ao caráter popular do PNRA que, embora não tivesse o teor radical que propunham muitos setores da esquerda, contou

com a participação de importantes setores populares para seu planejamento, deixando as elites rurais de fora do processo. Podemos afirmar que a criação da UDR foi uma resposta imediata, precisa e extremamente violenta ao processo de democratização da política brasileira. E, por esse motivo, seus líderes se preocuparão em traçar planos de ação imediatos e precisos que possibilitassem a derrota do plano de reforma agrária que se desenhava para a Constituinte, bem como a consolidação de sua liderança dentro dos setores da direita.

Dreifuss nos traz a ideia de “pivôs” de ação política. Trata-se de exercer a função de traçar ações rápidas, com métodos de observação da conjuntura imediata, para a formação de meios práticos que possibilitem vitórias pontuais, dentro de uma disputa de classes de maior amplitude. Trata-se, portanto, de ações táticas-operacionais (DREIFUSS, op. cit., p. 50). A UDR, segundo o autor, seria um pivô que, através de diferentes manobras (conforme os objetivos almejados), foram consolidando-se enquanto entidade representativa de classe, já no período da Constituinte. Desde sua criação até a Constituinte, a UDR realizou três manobras “sucessivas e encadeadas” com o objetivo de defesa do interesses de classe. A primeira, logo da sua fundação, foi bloquear a atuação de Nelson Ribeiro, então Ministro da Reforma Agrária, no desenvolvimento do PNRA. Lançado em maio de 1985, com a participação de setores populares, o plano acabou esfacelado e burocraticamente impraticável quando Sarney assina, em outubro, a aprovação. A segunda ação vitoriosa foi o chamado episódio do “Boi gordo”, quando a UDR organiza uma reação ao congelamento de preços do Plano Cruzado, com a retenção dos bois para promover sua valorização. A UDR sai vitoriosa, quando em 1986, em uma reunião entre os pecuaristas e os Ministros da Agricultura e da Fazenda entram em um acordo de aumento de preços (por parte destes) e de fornecimento do gado por aqueles. A terceira ação esteve voltada para a Constituinte. Para isso, a UDR mobilizou uma grande estrutura, que contava com cerca de 55 mil filiados em 55 núcleos em todo o Brasil. A peculiaridade da ação da UDR no processo eleitoral da Constituinte foi seu discurso que a colocava independente das ações políticas institucionalizadas, preferindo “uma campanha política de pé de ouvido junto aos produtores rurais brasileiros, para evitar a ascensão da esquerda no poder” (DREIFUSS, op. cit., p. 82). Sua atuação foi, portanto, através de uma assistência financeira massiva aos agricultores, aproveitando para tornar-se porta-voz da defesa de que os pagamentos de empréstimos tomados durante o Plano Cruzado não deveriam vir com correção monetária. Para a eleição de representantes de seus interesses, os uderristas realizaram grandes leilões que possibilitavam angariar enormes quantidades em dinheiro, tornando a entidade uma engrenagem bem harmonizada que possibilitava a retroalimentação para o crescimento e afirmação da entidade como representante maior de classe. Embora haja discordâncias quanto aos números de candidatos eleitos por financiamento da UDR, sabemos que esse número foi bastante expressivo, dados os resultados da Constituinte em relação à reforma agrária, bem como as barreiras a esse processo na mesma década de 1980. Importante lembrar, também, que o uso da violência

marcou fortemente a ação dos uderistas, principalmente nas práticas contra os setores progressistas da Igreja e contra os trabalhadores rurais.

Procuramos, nesse momento, trazer o nascimento, as principais características e as formas de atuação da UDR entre 1985 até as eleições para a Constituinte. Acreditamos ser necessário esta explanação, pois a UDR apresentou particularidades no jogo político que possibilitaram sua efetividade na defesa dos interesses da classe. Seus planejamentos táticos foram tão efetivos que possibilitaram a consolidação da agremiação, mesmo essa sendo representante, inicialmente, de uma fração da elite brasileira que não representava a modernização da agricultura em suas formas produtivas e de propriedade (tratava-se de pecuaristas com grande propriedade rural), nem na região que a representava: o estado de Goiás. Seu discurso baseado na negação de seu caráter de cúpula e na autopromoção de sua configuração de base, bem como a defesa dos produtores agrícolas (e não somente os latifundiários) foi determinante para as grandes adesões ao movimento. Por essas características, a UDR tornou-se a principal representante dos interesses não só dos grandes proprietários, como também dos empresários rurais, de parte dos médios e pequenos agricultores e, inclusive, após as eleições constituintes, de parte dos empresários urbanos e grandes associações comerciais.

Vania Bambirra e sua atuação no PDT

O PDT (Partido Democrático Trabalhista), como vimos no capítulo anterior, nasce do Encontro de Lisboa, na tentativa de pensar para o Brasil um verdadeiro partido de massas, de trabalhadores em todas as suas derivações. Este partido, entretanto, deveria estar alinhado de acordo com as transformações econômicas e sociais sofridas pela classe durante os anos de ditadura. Ou seja, havia a necessidade de se fazer uma nova análise concreta de uma situação concreta na nova conjuntura que se colocava com o processo de redemocratização.

Foi justamente a possibilidade de pensar em uma organização política que fizesse frente ao conservadorismo no Brasil, sinalizada no México por Brizola, que levou, dentre outros motivos, Vania a regressar ao Brasil no período de anistia:

“O fato é que esse relacionamento com Brizola condicionou nossa volta ao Brasil, precisamente para Minas Gerais, onde tínhamos que ajudar a formar o partido, tentando mover inutilmente as duras pedras do conservadorismo mineiro.”⁵⁴

Em 1982, Vania candidata-se a deputada federal pelo partido que, segundo consta em suas memórias, “foi mais uma experiência acadêmica marcante” na sua profissão, pois tratava-se de defesa de pontos de vista feitos sob a forma “mais rigorosa possível”, onde as discussões foram de

54 Memorial, op. cit., p. 62 62

Ibidem, p. 71.

“alto nível”.⁶²Em documento em que Vania aponta os motivos que a levaram a se candidatar a deputada federal, podemos entrar na concepção dela, enquanto intelectual e militante, sobre qual deveria ser a função do partido e, especificamente, qual seu papel enquanto agente da práxis:

“Estamos certos de que este partido, pelas suas tradições, pela liderança, pelas experiências que acumulou e pelas suas profundas propostas de mudanças estruturais, se transformará pronto num grande partido popular do Brasil (...). Nós, trabalhistas, lutamos e lutaremos por um ideal que, junto ao povo, haveremos de transformar em realidade, democrática e socialista.”⁵⁵

Notamos que, embora o período militar tenha interrompido os grandes movimentos de massas e a atuação das grandes lideranças à frente destes, o pensamento crítico e a alternativa socialista permaneceram como horizonte de Vania. Apesar de que, como já vimos, houvesse a consciência das transformações na composição e no perfil da classe trabalhadora em geral, isso significou não a busca por alternativas ao socialismo, mas sim, a reorganização tática e estratégica que deveria pautar os partidos progressistas, os movimentos sociais, e, conseqüentemente, as lideranças que se colocavam à frente das lutas. Essa concepção de Vania permanece e, inclusive, se fortalece, como podemos ver em seu escrito “Anotações sobre a Concepção Estratégica do PDT” que, embora não tenha data⁵⁶ trata-se de uma tese a ser apresentada no III Congresso Nacional do partido, a partir do debate sobre as derrotas das nações socialistas desse período, as propostas de rediscussão acerca do socialismo, suas formas e aplicabilidade. Mantendo-se coerente com suas convicções que marcaram seu itinerário intelectual e militante até então, Vania lembrará qual era, e deveria ser, a concepção estratégica do PDT, desde sua fundação: o trabalhismo democrático e ativo como caminho brasileiro para a construção da democracia e do socialismo. O partido deveria fazer frente as transformações da realidade política, através de um Estado democrático, como representante do povo; promover a democratização das relações produtivas na direção do socialismo; condicionar a propriedade privada e o livre mercado aos interesses sociais.⁵⁷O combate à dependência em relação aos países capitalistas dominantes também seria um dos objetivos principais do partido. Para isso, haveria a necessidade de mudanças estruturais no país, que abrissem caminho para essa independência, enfrentando a situação de superexploração das nações dependentes no mercado mundial.

Mais adiante, Vania afirma que a discussão acerca do socialismo se dá nos países do Leste Europeu e na URSS, pois os partidos socialistas e comunistas revisam o conteúdo sobre o socialismo, mas

55 Vania Bambirra. “Por que sou candidata a deputada federal?”, 1982. Arquivo Vania Bambirra.

56 Trata-se de um esboço datilografado.

57 “Anotações sobre a concepção estratégica do PDT”, 1991. Arquivo Vania Bambirra.

dentro de uma concepção de se pensar “[n]aquelas experiências como a encarnação máxima do socialismo real.” Mas não deveria ser esse o caso do PDT:

“Nosso partido jamais tratou de erigir uma fórmula rígida ou um pretense ‘modelo’ de socialismo. Ao contrário, como um partido de massas, nacional e popular, abrigou em seu seio vertentes das mais diversas correntes de pensamento e de ação que se formaram no curso das lutas pelas grandes causas sociais e pelas profundas reformas de base.”⁵⁸

Seria, portanto, a partir da necessidade de se analisar a situação concreta da formação econômico-social brasileira que as estratégias deveriam ser estruturadas, para a construção do socialismo em nossa sociedade. Esta concepção estratégica, assim, deveria permanecer conforme constava em seu manifesto de fundação do partido. E mais: se havia a necessidade de a crise do socialismo real ser discutida, mais necessária ainda seria a discussão sobre a crise do capitalismo e seu entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, e, principalmente, no questionamento de sua existência, pautada em suas profundas medidas de opressão.

“Assim, ao contrário do que as aparências estão a indicar, o socialismo, por ser não apenas um ideal e uma necessidade histórica, voltará a reverdecer, não tão pronto quanto desejamos mas, em todo o caso, muito antes do que os liberais esperam.”⁵⁹

A Constituinte

Até o momento, nos dedicamos a traçar um quadro geral acerca de alguns dos atores sociais e políticos (o MST, a UDR e o PDT) que estarão ativamente na luta por seus interesses na Constituinte de 1988. Também optamos por retroceder ao período ditatorial para explicar como, política e economicamente, as relações de produção passaram por importantes modificações (a modernização conservadora, a emergência de novas categorias, como os “empresários rurais” e os boias-frias) e se expressaram na formação de alianças e costuras de vários movimentos para a defesa de interesses determinantes para a configuração estrutural da economia e da sociedade brasileira pós-constituinte. Naturalmente, a reforma agrária seria um dos principais temas a ser debatido, e uma das mais claras demonstrações do caráter polarizado da sociedade brasileira naquela conjuntura.

58 “Anotações sobre a concepção estratégica do PDT”, 1991, p. 2 .disponível em www.ufrgs.br/vaniabambirra

59 “Anotações sobre a concepção estratégica do PDT”, 1991, p. 4 .disponível em www.ufrgs.br/vaniabambirra

De um lado, temos os movimentos sociais, e o MST como principal força emergente desse setor, que, com os retrocessos do PNRA, sofreram com o aumento da violência no campo⁶⁰, com a pressão dos latifúndios e do governo (e do fracasso de sua política de assentamento⁶¹). Nesse espectro, decide-se, em 1987, no 3º Encontro Nacional do MST, aprofundar a estratégia de cooperação em âmbito nacional, a fim de organizar suas forças não só para as lutas diárias dos assentamentos, como também, para a organização da classe na Constituinte. Dentre as principais medidas de ação imediata, estão 1) a entrega, por 3000 trabalhadores rurais, de 34 emendas de caráter popular, dentre elas, a da reforma agrária; 2) a caravana organizada pelo MST, pela CUT e pela Contag, além de outras entidades, para a reivindicação da reforma agrária, sobre a qual entregaram um projeto de lei popular, constando 1,6 milhões de assinaturas. A partir dessas principais ações, o MST, em finais de 1987, atenta para a necessidade de alinhamento de forças populares do campo e da cidade, para a luta na Constituinte no próximo ano (MORISSAWA, op. cit., p. 144).

No outro polo da luta de classes, a UDR afirmava-se como representante da reação do setor, com a costura de alianças políticas e com a formação do mais poderoso lobby da Assembleia Nacional Constituinte. Afirmada sua vitória nas eleições, a UDR passou a providenciar novas táticas para a atuação na Constituinte.⁶² Através do uso de instrumentos para a estruturação do bloco, em Brasília, dos interesses uderristas (transportes, recursos humanos, recursos monetários, assistência técnica e os serviços de informações), a UDR atuará em duas frentes: 1) internamente, exercendo pressão na própria Constituinte; 2) no cenário externo, ou seja, fora do jogo parlamentar, com os serviços de pressão sobre a mídia, sobre as demais agremiações rurais; das entidades industriais, setores empresariais, etc. Para esse fim, os uderristas planejaram três movimentos: o de caráter propagandístico, no sentido de persuadir a população brasileira no combate à reforma agrária (que, segundo seu discurso, feria os princípios da propriedade privada), atacando, assim, ideologicamente os setores progressistas da Igreja e os movimentos sociais, caracterizados como “comunistas” e antinacionais; a sistematização de um complexo organizacional de trabalho de bastidores, com a função, principalmente, de acompanhar de perto a votação da nova Constituição; e a ampliação do movimento, no período pós-Constituinte, para as cidades, influenciando cada setor que a compunha (industrial, comercial, militar, partidário, estudantil, etc.).

Em meio à polarização aberta no cenário político e social que se formara a partir da Assembleia Nacional Constituinte, o “centrão” torna-se um elemento-chave, fundamental para direcionar os rumos da votação. Formado por um grupo que representava de 280 a 290 votos – dentre os quais 143 deputados e 19 senadores tinham raízes na Arena e no PDS -, esse bloco de parlamentares foi

60 Em 1986, um levantamento feito pelo MST mostrou que houve 222 mortes, o dobro em relação ao ano anterior (MORISSAWA, p. 144)

61 Segundo esse mesmo levantamento do MST, do total de 1 milhão de hectares desapropriados, apenas 300 mil estavam em imissão de posse (MORISSAWA, p. 144)

62 É importante lembrarmos que a simples vitória de candidatos cujas campanhas foram financiadas pela UDR não necessariamente representaria uma sólida e organizada defesa dos interesses da classe, dada sua heterogeneidade, bem como o caráter individualista dos políticos que compunham a Assembleia (DREIFUSS, p. 135).

estruturado na prática como um partido político (DREIFUSS, op. cit., p. 113). Entretanto, podemos afirmar que, em essência, esses personagens representavam o que Dreifuss denominou “conserviológicos”, ou seja, conservadora e fisiologicamente representavam a “matutice” e a “matreirice” da velha direita, marcada não só pelos velhos costumes de pensar em interesses individuais, para além da consciência da necessidade de um bloco representativo de uma classe (ou, talvez, dentro de um cenário econômico e social modificado para aceitar mais o jogo no plenário do que propriamente os contatos pessoais, que resolviam boa parte dos interesses da elite no passado recente), como também pelos jovens direitistas que estreavam no cenário político de então.⁶³

Em um de seus trabalhos realizados como Coordenadora da Assessoria Técnica do PDT no Congresso, Vania nos traz sua leitura sobre os rumos que tomou a Constituinte, e que envolveram diretamente esses três blocos de interesses (esquerda, direita e “centrão”):

“O projeto de Reforma Agrária aprovado na Câmara dos Deputados deve ser analisado desde a perspectiva do confronto entre distintas posições políticas que se enfrentaram na época da Constituinte, vale dizer, a direita, o centro e a esquerda. A direita, como sempre, almejava impedir que a Reforma Agrária fosse feita e o centro tratava de conciliar os dois extremos, propondo dispositivos legais que viabilizassem uma reforma homeopática, gradual e seletiva, que atingisse, sobretudo, as enormes propriedades, ou seja, os latifúndios, por dimensão e improdutivos. Esta proposta não foi aceita pela esquerda que, em contrapartida, insistia em fixar o limite para a insusceptibilidade de desapropriação da propriedade produtiva em até sessenta módulos fiscais.”⁶⁴

Com o poder de barganha e estrutural erigido, a direita, no que se refere aos embates relativos à reforma agrária, através da UDR, conseguiu sair-se vitoriosa no processo de votação, propondo emendas que dificultariam os processos de desapropriação e assentamento. O caso mais emblemático foi a aprovação da categoria “latifúndio improdutivo”, com intenção de burocratizar, questionar e atrasar o processo de desapropriação, dando possibilidade aos latifundiários de recorrerem das decisões. Além disso, na “nova Constituição, não [se] fixou o limite para a propriedade produtiva, deixando para ser regulamentado apenas o seu ‘tratamento especial’, bem como os ‘requisitos relativos a sua função social’”⁶⁵

63 DREIFUSS, op. cit., p. 109

64 “Resumos de Questões Agrárias – Assessoria técnica do PDT na Câmara dos Deputados”, 1992, disponível em www.ufrgs.br/vaniabambirra. Achamos importante trazer as definições dos seguintes elementos: 1) *módulo fiscal*, que representa o tamanho mínimo que uma propriedade deve ter para possibilitar não só o sustento de uma família, como também sua possibilidade de desenvolvimento e crescimento. Sua dimensão varia de acordo com a região, dados os determinantes físicos do ambiente e localização; 2) *latifúndio por exploração* seria a propriedade rural que não excedesse 600 vezes o módulo rural da região, mas que fosse mantida inexplorada; 3) *empresa rural* seria a propriedade que não atingisse o limite de 600 módulos rurais, embora explorada racionalmente, ocupando mais de 50% do território; 4) *latifúndio por dimensão*, que representa a propriedade que ultrapassa os limites dos 600 módulos rurais, independentemente do grau de utilização dela (MORISSAWA, op. cit., p. 99)

65 Vania Bambirra. “Resumos de Questões Agrárias”. Assessoria técnica do PDT na Câmara dos Deputados”, 1992. Arquivo Vania Bambirra.

Além dos pontos que dificultavam a efetivação da reforma agrária, a partir da votação da Constituinte, foi determinado também que haveria a necessidade de votação no Congresso Nacional para a aplicação da nova Lei Agrária. Com isso, nos cinco anos posteriores à constituinte, não foi possível realizar desapropriações para fins de reforma agrária. Vania nos aponta que, “no governo do presidente Itamar Franco foram assentadas somente 18.900 famílias”⁶⁶. Também houve um aumento da repressão aos movimentos sociais, na maioria das vezes através da violência cometida pelos próprios proprietários, que permaneciam impunes.

Entretanto, foi nesse processo de intensificação das desigualdades e da repressão no campo que o MST crescera, e suas pressões para a votação da Lei Agrária se fortaleceram. Em 1989 foi realizado o 5 Encontro Nacional, de onde saiu a palavra de ordem do Movimento: “Ocupar, resistir, produzir!”. Como resultado de forças conjuntas entre o movimento do campo e os partidos progressistas, o INCRA foi reaberto, embora com poucos recursos. Durante esses anos, portanto, com os sucessivos Congressos e Encontros, o MST se fortaleceu enquanto o porta-voz dos movimentos do campo na luta pela implementação da Lei Agrária.

Em julho de 1992, em carta aos senadores, os movimentos sociais dos trabalhadores do campo pressionam o Congresso para que não fosse mais adiada a aprovação da lei. Segundo eles, embora o texto não representasse, no todo, as reivindicações dos movimentos, fazia-se necessário que houvesse prosseguimento da votação, e que a Lei deveria avançar em suas propostas. Junto com essa reivindicação, as entidades representativas enviam propostas de modificações das leis.⁶⁷

As propostas das entidades representantes dos trabalhadores do campo serão analisadas conjuntamente com os trabalhos de assessoria técnica de Vania Bambirra durante o processo de implementação da lei agrária, pois acreditamos que havia alinhamento entre suas convicções e as dos movimentos sociais. Analisaremos, portanto, as seguintes propostas de emendas:

- Modificação do Art. 6º: segundo a proposta na carta, fazia-se necessário fazer referência à noção ao cumprimento da função social, uma vez que, na Constituição (Artigos 5º, parágrafo XXIII; 170, parágrafo III e 184 e 185) se obriga o cumprimento desse requisito na propriedade, que seria passível de desapropriação em caso negativo. Essa reivindicação alinha-se com a proposta do Senador Pedro Simon (PMDB), em que Vania dá seu parecer para aprovação. Em sua justificativa, “a emenda visa explicitar (...) os requisitos constitucionais, pois a propriedade que os descumprir estará sujeira à desapropriação, sendo, pois, importante. Deve-se Aprovar.”⁷⁶

66 Vania Bambirra. "O PDT e a Reforma Agrária". 1996. Arquivo Vania Bambirra.

67 Carta das entidades sindicais aos senadores para exigir a votação da Lei Agrária – 1992. Arquivo Vania Bambirra.

76 “Ordem do Dia: PL nº11/91 na Casa de Origem) – EMENDAS, em 24/09/92”, p. 3. Arquivo Vania Bambirra.

- Modificação no Art.6º, inciso II, parágrafo 3º: nessa situação, o que só propôs na carta foi uma revisão dos parâmetros de avaliação das pastagens nativas como efetivamente utilizadas, pois, dessa forma, qualquer área em que seu proprietário declarasse ser de pastagem, mesmo sem a existência do gado no local, seria considerada como utilizada. Essa exigência (acrescentar no texto a observação “índices de lotação por zona de pecuária, fixados pelo Poder Executivo”) também constava na emenda proposta por Pedro Simon, com visto de Vania para aprovar. Em suas justificativas, Vania afirma que “se a redação do projeto for mantida, qualquer área de pasto nativo, sem nenhuma cabeça de gado, obteria um grau de utilização da terra – GUT – igual a 100%. Portanto, a desapropriação de áreas improdutivas para a reforma agrária seria inviabilizada. É imprescindível, para que isso não ocorra, a observância do índice de lotação por zona de pecuária (...). É de importância essencial para o PDT, que defende pragmaticamente a reforma agrária. Deve-se Aprovar.”⁶⁸
- Art. 9º, parágrafo 6º: na carta, a exigência de substituição da expressão “expropriação sem indenização” por “confisco” da propriedade que utilize trabalho escravo, pelo caráter protelatório e intocável do caráter criminoso que tal conduta possui. Ao avaliar a Emenda nº 13, do Senador Alfredo Campos, que trata justamente da utilização da expressão “expropriação sem indenização”, Vania propõe a Rejeição, dialogando com a proposta dos movimentos sociais, como consta em sua justificativa: “A versão do PL na Câmara é melhor, pois precisa que o imóvel será confiscado, o que é o termo jurídico certo. É preferível Rejeitar a Emenda.”⁷⁸
- Art. 15º: exigem os movimentos sociais a supressão do artigo e de seu parágrafo único. Trata-se de estabelecer três anos de prazo para que as propriedades sejam adaptadas ao cumprimento de sua função social. Essa medida seria inconstitucional e sua função estaria a disposição apenas para a especulação. Na Emenda nº 19, do Senador Nelson Carneiro, a mesma proposta de supressão do artigo se fazia. Segundo avaliação de Vania, “Este artigo tinha uma intenção óbvia: favorecer os interesses especulativos do setor bancário financeiro. O PDT não foi criado para isso, muito pelo contrário. A emenda supressiva é muito importante. Deve-se aprovar.”⁶⁹
- Art. 17: a exigência, segundo os movimentos sociais e suas entidades, seria a de modificar o parágrafo único do artigo, que propunha priorizar as desapropriações em todo o território nacional, a partir das que possuíssem o GUT (grau de utilização da terra) mais baixo. A Emenda 19, do Senador Esperidião Amim⁷⁰, possibilitaria abranger em maior número de propriedades para desapropriação, e não condicionaria a ocorrência destas nas regiões Sul e Norte. Segundo Vania, em seu parecer, a “emenda é de importância fundamental, pois, se

⁶⁸ “Ordem do Dia: PL nº11/91 na Casa de Origem) – EMENDAS, em 24/09/92”, p. 4. Arquivo Vania Bambirra. 78
Ibidem, p. 5.

⁶⁹ Ibidem, p. 7.

⁷⁰ “Substitua-se no parágrafo único do artigo 17 a expressão ‘em todo o território nacional’ por ‘em cada microrregião homogênea’”

não for mantida, inviabiliza-se a reforma agrária no país. Como foi redigida na versão final do projeto da Câmara (...), limitava-se as desapropriações a imóveis com GUT baixíssimo, condicionando uma desapropriação no sul do País e outras na região Norte, o que é um verdadeiro absurdo. Para o PDT, que consagra a reforma agrária em seu programa, esta emenda é imprescindível, deve-se Aprovar.”⁷¹

Podemos notar que, em linhas gerais, tanto Vania Bambirra como os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, tinham preocupações que se traduziam em quatro linhas básicas: 1) a abrangência e o número de propriedades que deviam ser passíveis de desapropriação; 2) a agilidade e a efetividade da reforma agrária; 3) a abrangência dos trabalhadores rurais contemplados; 4) a importância da noção de “função social” como parâmetro de avaliação para a desapropriação.

Em 27 de janeiro de 1993, a Lei Agrária foi aprovada na Câmara dos Deputados. Quanto aos avanços, podemos considerar a utilização da “função social da terra” como parâmetro de desapropriação; estabelecimentos dos critérios de utilização da terra que caracterizariam a propriedade produtiva; a garantia do assentamento dos sem-terra em suas localidades de origem; a definição dos assentamentos como individuais ou coletivos durante 10 anos; a definição em até 4 módulos a pequena propriedade e entre 4 e 15 módulos a média propriedade, conforme a região (MORISSAWA, op. cit., p. 148).

Vania Bambirra elabora um balanço sobre o andamento dos principais pontos debatidos na Câmara sobre a reforma agrária. Primeiramente, ela traz o projeto de Luci Choincki (PT), considerado radical e inaceitável para os setores conservadores, por tratar de categorias de análise radicais para aquela classe, tais como latifúndio por exploração e por dimensão. Além disso, outorgava ao Poder Executivo o poder de selecionar os imóveis a serem desapropriados.⁷²

O deputado Odelmo Leão (PRN) apresenta uma primeira versão, que circulara informalmente pelos bastidores. Embora contivesse erro técnico e fosse moderado, ainda seria uma “proposta séria de implementação da Reforma Agrária (...). Porém, foram surgindo versões sucessivas da mesma, até a última, onde se faziam fortes concessões à UDR, transfigurando-se, assim, em proposta típica de centro-direita. Continha válvulas de escape para a propriedade improdutiva, através de projetos técnicos de exploração, ‘razões de força maior’ e ‘pastagens tipicamente conduzidas’, e um parágrafo que liquidava com o movimento dos trabalhadores semterra, deixando a mercê da legislação civil e penal, vale dizer, considerava-o como caso de polícia.” Surgem, ainda, mais substitutivos, sendo o de Roberto Rolemberg (PMDB) o mais emblemático para Vania, pois, apesar de propor métodos mais rigorosos para a propriedade produtiva, ele mantinha as concessões para a propriedade improdutiva e acrescentava novas, “além de conter gravíssimas falhas técnicas (ou

⁷¹ “Ordem do Dia: PL nº11/91 na Casa de Origem) – EMENDAS, em 24/09/92”, p. 7. Arquivo Vania Bambirra.

⁷² “Resumos de Questões Agrárias – Assessoria técnica do PDT na Câmara dos Deputados”, 1992, p. 1. Arquivo Vania Bambirra. .

políticas?) que inviabilizavam a Reforma Agrária.” Duas dessas medidas seriam considerar como área efetivamente utilizada as pastagens naturais e plantadas sem índice de lotação, bem como exigir dos beneficiários da reforma atestado de bons antecedentes. Nesse caso, o substitutivo de Rolemberg agravava o conteúdo do anterior, levando-o da centro-direita para a direita.

O deputado Amaury Müller (PDT), diante desse quadro, apresenta uma emenda substitutiva, mais 24 emendas à Comissão de Agricultura e Política Rural, que não foram aceitas pelo fato de o deputado não compor a Comissão. Embora o substitutivo não fosse radical, tratava-se mais de uma proposta que barrasse as “concessões absurdas [da] direita” e que possibilitasse a efetivação da Reforma Agrária, dentro das reivindicações mínimas dos movimentos sociais. Essa proposta, discutida pelas lideranças vinculadas aos setores ruralistas, influenciou em grande medida a versão final que, pelas influências das de Rolemberg, manteve seu caráter de direita.⁷³

Na véspera da discussão, o Senador Fábio Meirelles (PDS) apresenta um substitutivo de ultradireitista, que não foi debatido pelos demais partidos, a fim de que se apresentassem mais propostas, pelo fato de não haver mais tempo para isso. No dia seguinte, em reunião entre os líderes partidários, chega-se a um acordo em torno do deputado Odelmo Leão, “com o acatamento de emendas de vários partidos”, que logo foi aprovado em plenário. Das vinte 25 emendas propostas por Amaury Müller (PDT), dez foram aprovadas.⁷⁴ Dentre elas, as mais relevantes foram 1) os Estados e o Distrito Federal ficariam responsáveis pelas desapropriações; 2) o cumprimento da função social da terra, no que diz respeito à preservação do meio ambiente e ao respeito às leis trabalhistas; 3) o dispositivo que considerava os conflitos sobre a posse da terra como caso de ação penal foram eliminados; 4) a proibição das desapropriações de mais de um imóvel por município durante três anos também foi eliminada; 5) a aquisição, o arrendamento ou a exploração de imóveis por pessoas jurídicas estrangeiras restringiu-se a 100 módulos fiscais, sendo o número que excedesse esse limite deveria passar por aprovação do Congresso Nacional; 6) “foi suprimido o artigo absurdo que dava aos profissionais de nível superior ou médio, em Ciências Agrárias, acesso aos assentamentos rurais sem terra.

Quanto às derrotas da esquerda na votação, estão os seguintes itens: 1) os pastos nativos serão considerados terras efetivamente utilizadas, mesmo sem a existência de cabeças de gado; 2) a desapropriação dos imóveis rurais obedecerão, no território nacional, a ordem de prioridade (numa escala crescente de 20% até 80% do GUT⁷⁵; 3) incluiu-se no projeto de lei que trata do rito sumário o dispositivo que dá ao proprietário expropriado a preferência pela parcela em que se encontre o

73 Ainda assim, a direita discordava pois, segundo Vania, não queria “arriscar-se a ver sequer um palmo de terra desapropriado”. “Resumo de Questões Agrárias...”, p. 2.

74 “Resumos de Questões Agrárias – Assessoria técnica do PDT na Câmara dos Deputados”, 1992, p. 3. Arquivo Vania Bambirra.

75 Para essa medida, Vania afirma que “estes dois pontos inviabilizam a Reforma Agrária.” “Resumos de Questões Agrárias – Assessoria técnica do PDT na Câmara dos Deputados”, p. 3.

imóvel rural.⁷⁶ Além dessas medidas aprovadas, ficaram várias brechas abertas para possibilitar o escape das desapropriações das propriedades improdutivas, tais como o direito do proprietário de apresentar projeto técnico de exploração, assim como a expressão de “razão de força maior” como justificativa para a não expropriação de propriedades que não apresentem o Grau de Eficiência de Exploração – GEE.

Ao final do balanço, Vania afirma:

“Fica claro, por tudo isso, que os vitoriosos não foram os posseiros, assalariados, parceiros, arrendatários, mas, sobretudo, os pecuaristas. Tudo depende agora do Senado Federal, que poderá fazer modificações, no texto da Lei, e, de n, na Câmara dos Deputados (...). Ronaldo Caiado, até agora, não teve nenhuma razão para chorar. Se o fez, foi por mera encenação.”

Vimos, portanto, que nessa conjuntura (entendida por nós como o período compreendido entre a volta do exílio e o processo de implementação da Lei Agrária, em 1993), há uma nova esfera em que Vania veio a atuar, na defesa dos camponeses e da classe trabalhadora rural, em comparação com a conjuntura da década de 1960, tratadas no capítulo anterior. Acreditamos que isso decorreu da interpretação da nova realidade brasileira ocorrida durante a ditadura militar, ensejando novas concepções de luta, à luz das tarefas que se faziam necessárias no novo cenário.

Ao contrário da primeira conjuntura, em que Vania desempenhou papel como dirigente da POLOP e na formação das Ligas Camponesas em Belo Horizonte, junto aos camponeses e pensando na formação e amadurecimento da consciência de classe do povo do campo a fim de lutar para a conquista de direitos que não existiam legalmente, mas também atuando na agitação em prol de um processo revolucionário no Brasil, em momento que havia ascenso de massas; a segunda conjuntura nos mostra que Vania atuou em um cenário diferente, sob o processo de redemocratização conservadora e a necessidade de (re)construção de organizações da esquerda brasileira. Nesse sentido, um terreno em que teve um papel destacado foi levar suas ideias críticas para os embates na arena político-institucional. A volta, na década de 1980, das reivindicações populares em caráter mais organizado, como o MST, bem como o surgimento de entidades reacionárias e determinantes no processo de votação da pauta da Reforma agrária na Constituinte (a UDR, nesse caso), levou Vania, ao que nos parece, a aceitar a tarefa de Coordenar a Assessoria Técnica da bancada do partido a que se vinculou, além de seguir como pesquisadora, uma vez reintegrada à UnB. Como alguém que tinha gosto e vocação para a política, Vania debruçou-se sobre um espaço onde se cristalizava a luta de classes. E, naquele momento, contribuições como a sua cumpriram um papel

⁷⁶ Vania afirma, a partir disso, que “isto significa que o mesmo recebe, à vista, o valor das benfeitorias, TDAs pelas terras, e ainda ganha, de graça, uma fração de terra de sua preferência, vale dizer, a melhor...”.

de relevo nas lutas em defesa da reforma agrária e do enfrentamento dos interesses mais conservadores nas relações de produção no campo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa tentativa ao longo do trabalho foi reconstituir, a partir da análise concreta da situação concreta da formação econômico-social brasileira, em duas conjunturas históricas, a atuação intelectual e militante de Vania Bambirra em torno da questão agrária.

No primeiro capítulo, buscamos trazer a contribuição desse intelectual militante e político que foi Francisco Julião (1915-1999) para a construção do movimento camponês no cenário nacional datado de meados de 1950 até o golpe de 1964. Embora esse período tenha se caracterizado pela presença de acaloradas reflexões feitas por numerosos pensadores (destacando-se tanto o volume de obras publicadas como também diferentes orientações políticas), optamos por dar maior visibilidade a Julião por dois motivos: 1) atuação determinante na formação e intensificação do movimento no campo brasileiro pautado menos pelas obras acadêmicas (onde e para quem se produz), e mais pela atuação nos próprios cenários de lutas (no campo e no Parlamento), buscando sempre as formas de politizar, educar e, portanto, organizar as massas, entendidas por ele como o personagem principal da luta; 2) a aproximação de Vania com Julião, seja atuando como dirigente das Ligas Camponesas em Minas Gerais, seja pela entrevista feita por ela ao próprio Julião, no México, no período final do exílio e início do processo de redemocratização.

No segundo capítulo, mostramos como, a partir de mudanças determinantes no setor agrícola brasileiro iniciado com a modernização conservadora, as lideranças e intelectuais que voltam do exílio passam a interpretar a nova realidade, para traçar estratégica e taticamente a luta com e pelo povo do campo. Analisamos, assim, a participação de Vania ao fim do exílio, atuando como uma das fundadoras do PDT, e, posteriormente, sua trajetória nesse mesmo partido, pensando a questão agrária, principalmente a partir da Constituinte (1987/88), bem como seu processo de regulamentação (1992/93).

Enquanto na conjuntura dos anos 1960 Vania atuara como dirigente da POLOP e das Ligas Camponesas, procurando contribuir no trabalho organizativo e no amadurecimento da consciência de classe do povo do campo, a fim de lutar para a conquista de direitos que não havia legalmente, a segunda conjuntura nos mostra que Vania atuou em um cenário diferente – a arena política institucional.⁷⁷ A volta, na década de 1980, das reivindicações populares em caráter mais organizado, como o MST, bem como o surgimento de entidades reacionárias e determinantes no processo de votação da pauta da Reforma agrária na Constituinte (a UDR, nesse caso), marcaram o momento em que Vania atuou como quadro de uma das organizações da esquerda brasileira criada no processo de redemocratização, com destaque para o trabalho crítico na esfera político-institucional, mas sem deixar de lado seu trabalho teórico no âmbito do pensamento marxista.

⁷⁷ Extrapola os objetivos deste trabalho, mas não desconhecemos que Vania, além da atuação na esfera parlamentar, teve militância na organização do movimento de mulheres e de moradores de favelas nos anos 1980 e 1990.

Isso nos leva a concluir que, com base na ideia de práxis, o intelectual militante, a fim de contribuir para a transformação social, deve atentar-se para as transformações que se colocam em cada conjuntura, para que a teoria não se torne dogmática, nem seja considerada de maneira desvinculada na realidade concreta que é preciso transformar. Embora saibamos que a direita tenha conseguido manter-se no poder, com a manutenção das estruturas fundiárias, e, conseqüentemente, com suas formas violentas e imorais de manutenção de privilégios, é importante frisar que as lutas do povo do campo, em diferentes momentos, junto com a práxis de intelectuais verdadeiramente comprometidos com a transformação e justiça sociais, foram determinantes para a conquista de direitos entre os camponeses e trabalhadores agrícolas até então. O fato de a vitória do povo do campo não ter acontecido como se propunha não deve nos levar pura e simplesmente a pensarmos em derrotas, mas compreender que a luta conserva vigência. E que a atuação de revolucionários como Vania ajudou a escrever alguns dos capítulos da história das lutas dos camponeses e trabalhadores rurais do Brasil, como parte de um todo, que é a busca pelo fim da exploração do homem pelo homem, por uma sociedade emancipada.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Cláudio. **Francisco Julião: uma Biografia**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2014, 851 p. 1º Edição

BAMBIRRA, Vania. **El Capitalismo Dependiente Latinoamericano**. México: Siglo XXI, 1974, 180 p. 5ª Edição

DREIFUSS, René. **O Jogo da Direita**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1989

FRIGOTO, Gaudêncio, Et.all. **Dicionário de Organização do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. **Francisco Julião (depoimento)**. História Oral, 1972, 173 p. disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista101.pdf>

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária?**, Editora Brasiliense, São Paulo: 1980

GRAZIANO DA SILVA, José. **Reforma Agrária, já?**, In. LEAL, Laurindo (org.) Et. all. Reforma Agrária da Nova República: contradições e alternativas. São Paulo: EDUC, 1985

GUIMARÃES, A.P. **Quatro Séculos de Latifúndio**, In. STÉDILLE, J.P. **A Questão Agrária: o debate tradicional 1500 -1960**, São Paulo: Expressão Popular, 2011

JULIÃO, Francisco. **Que São Ligas Camponesas?**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2013

MARX, Karl, **Teses sobre Feuerbach**, 1845, disponível em http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/Teses_Feuerbach.pdf

MEDEIROS, L. Servolo de. **A Luta por Terra e a Organização dos Trabalhadores Rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60**. In. MORAES, J.Q; ROIO, M.D (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**, Vol. 4: Visões do Brasil. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2000

MENDONÇA, R.S; STÉDILE, J.P (org.). **A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2010

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas no Brasil**, in. STÉDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**, vol. 4, Editora Expressão Popular, São Paulo: 2012

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 4ª edição

OSORIO, Jaime. **Fundamentos del Análisis social: La realidad Social y su conocimiento**. México: FCE, UAM, 2001

PRADO JÚNIOR, C. **A questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, 2ª Edição

RANGEL, Ignácio. **A Questão Agrária Brasileira**, In. STÉDILLE, J.P. **A Questão Agrária: o debate tradicional – 1500 -1960**, São Paulo: Expressão Popular, 2011

SHILLING, P.R. **Do “Caminho Brasileiro” de Reforma Agrária**, In. In. STÉDILLE, J.P. **A Questão Agrária: o debate tradicional – 1500 -1960**, São Paulo: Expressão Popular

VINHAS. Moisés. **Problemas agrário-camponeses no Brasil**, In. In. STÉDILLE, J.P. **A Questão Agrária: o debate tradicional – 1500 -1960**, São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 164

FONTES PRIMÁRIAS

Vania Bambirra. Anotações sobre a concepção estratégica do PDT. 1991. Memorial Arquivo Vania Bambirra. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/vaniabambirra>.

Vania Bambirra. Êxodo rural e êxodo urbano: a luta pela Reforma Agrária no Brasil, 1997. Memorial

Arquivo Vania Bambirra. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/vaniabambirra>.

Entrevista de Francisco Julião a Vania Bambirra. Data aproximada: 1979. Memorial Arquivo Vania Bambirra. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/vaniabambirra>.

Carta das entidades sindicais aos senadores para exigir a votação da Lei Agrária – 1992.

Memorial Arquivo Vania Bambirra. Mimeo.

Vania Bambirra. Memorial. Brasília, 1991. Disponível em <http://www.ufrgs.br/vaniabambirra>.

Vania Bambirra. O PDT e a Reforma Agrária. 1996. Memorial Arquivo Vania Bambirra. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/vaniabambirra>.

Vania Bambirra. Emendas. Ordem do Dia: PL no11/91 na Casa de Origem. Memorial Arquivo Vania Bambirra. Mimeo.

Vania Bambirra. Por que sou candidata a deputada federal?, 1982. Memorial Arquivo Vania Bambirra. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/vaniabambirra>.

Vania Bambirra. Resumos de Questões Agrárias – Assessoria Técnica do PDT na Câmara dos Deputados, 1992. Memorial Arquivo Vania Bambirra. Disponível em: www.ufrgs.br/vaniabambirra

RECURSO AUDIOVISUAL

O Ressurgimento da Teoria da Dependência. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PJTvNLaH4kQ>

Vania Bambirra: intelectual e militante. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9fsZ6AIRtS8>